Nacional-Socialismo contra o liberalismo

Ludwig Prager

Índice

Seção 1: O espírito da atual teoria econômica marxista-liberalista e da futura teoria econômica nacional-socialista 5

Seção 2: O objeto cognitivo da economia geral (liberalista/liberal) 14

Seção 3: Reflexões críticas sobre a base em que, de acordo com a teoria liberalista, a teoria dos preços foi construída como o problema central de todo o mundo dos fenômenos econômicos 22

Seção 4: Exposição crítica sobre energia nacional dos povos e o Estado como um fator produtivo na teoria liberal moderna 37

Seção 5: A negação do do empreendedorismo criativo como um fator de produção elementar especial pela atual teoria marxista-liberalista 50

Seção 6: O problema dos juros e do capital financeiro na moderna economia mundial marxista-liberalista 79

Seção 7: Observações finais 96

Primeira seção: Observações gerais preliminares. O espírito da atual teoria econômica marxista-liberalista e da futura teoria econômica nacional-socialista.

A situação atual da economia nacional [*Volkswirtschaft*] de cada país corresponde à teoria econômica que prevalece em cada país; não poderia ser de outra forma, uma vez que essa teoria econômica é a ideia econômica mais básica que foi decisiva para a política econômica prática e que, por conseguinte, conduziu à respectiva situação atual da economia nacional.

Se, por exemplo, uma nação presta homenagem à ideia econômica-teórica básica do liberalismo económico mundial, é uma consequência inevitável que essa nação renuncie assim ao fortalecimento da sua economia nacional no sentido autossuficiente[1] e que a sua economia nacional se torne dependente, na verdade cada vez mais dependente, da economia mundial; mesmo uma política aduaneira protecionista ocasional não altera em nada esta situação; na melhor das hipóteses, apenas abranda mais ou menos o ritmo de desenvolvimento da degradação da produção econômica mundial[2]. As potências internacionais que dominam a economia mundial dominarão sempre essa

[1] [N.T - Nota do Tradutor/da tradução]: A autossuficiência ou autarquia económica é o estado em que uma economia é capaz de se manter apenas com base na produção e no fornecimento de matérias-primas obtidas no seu próprio solo e na indústria nacional; no entanto, este modelo não elimina o comércio internacional, mas apenas o reduz. Quando um país com um modelo económico autárquico tem falta de matérias-primas ou é incapaz de produzir um determinado bem à escala nacional, pode recorrer ao comércio exterior ou internacional.

[2] [N.T]: Ou seja, apenas políticas nacionalistas (economicamente falando) ou protecionistas não são o suficiente para tornar uma nação independente do sistema financeiro internacional ou sistema internacional de comércio e troca de mercadorias. É necessário que a nação adote um modelo de autarquia econômica caso deseje tornar-se autossuficiente em bens de escala nacional, começando primeiro pela autosuficiência de bens agrícolas ou autossuficiência alimentar.

província. Nas mãos dessas potências está então o destino da economia nacional, para o bem ou para o mal.

Importa ainda referir o seguinte: quando falamos aqui de liberalismo, referimo-nos, naturalmente, ao liberalismo da era moderna, tal como vigorou na Alemanha até muito recentemente[3], nomeadamente até à tomada do poder pelo líder supremo do movimento nacional-socialista. Em termos históricos, sabemos que o liberalismo teve o seu apogeu, especialmente no início do século passado, quando era necessário libertar as forças economicamente criativas emergentes das amarras do Estado feudal medieval. Mas sabemos também que o liberalismo-mãe - ao permitir a todos o livre jogo económico e ao desencadear assim, com o tempo, uma luta concorrencial desenfreada, uma terrível batalha de todos contra todos - deu à luz um filho, e esse filho chama-se **luta de classes marxistas**: as classes trabalhadoras, tomando consciência da sua inferioridade econômica nessa luta concorrencial desenfreada, começaram por se unir de forma "classista" em sindicatos e associações.

Em reação a isto, no entanto, a burguesia tornou-se não menos "consciente de classe" em relação a esta força de trabalho. Mas o desenvolvimento histórico foi ainda mais longe: a velha mãe, o liberalismo, e o seu filho, o marxismo, deram à luz uma nova mãe, um monstro em condições quase naturais:

[3] [N.T]: Refere-se à República de Weimar, com um modelo político e socioeconómico liberal e social-democrata. Foi fundada em 9 de novembro de 1918 pelo político do SPD (Sozialdemokratische Partei Deutschlands) Philipp Scheidemann e durou até 23 de março de 1933. Este período foi duramente criticado pelos nacional-socialistas pelos seus fracassos políticos e socioeconómicos perante o povo alemão, sendo um dos fracassos mais notórios a hiperinflação e o elevado número de desempregados, que no seu auge atingiu quase 7 milhões de trabalhadores alemães da época.

o liberalismo moderno, ou, como lhe queremos chamar, o liberalismo degenerado do espírito marxista da última época. A partir daí, criou-se uma ciência especial, que ainda hoje é defendida, sobretudo pelos economistas das nossas universidades, especialmente os teóricos da economia. No decurso da nossa conferência, faremos uma análise pormenorizada e crítica destas doutrinas.

Características deste liberalismo degenerado:

Em contraste com a velha ideia econômica liberal histórica, que pretendia libertar as forças criativas do povo para o desenvolvimento económico, aqui estamos perante a completa negação destas energias nacionais criativas; em vez delas, o que agora é realçado é uma alegada capacidade econômica especial existente do capital internacional de refinação. Por outras palavras, o liberalismo ao contrário! Exatamente na frente oposta à de há cem anos atrás! Uma ideia econômica autodestrutiva! Degeneração! Ao construir uma tal teoria econômica, consciente ou inconscientemente tornou-se um defensor do capital internacional[4], que, como é sabido, é amplamente dominado pelos judeus.

As terríveis consequências de uma política econômica prática baseada nesta ideia econômica liberal degenerada eram, naturalmente, inevitáveis. A economia alemã, em particular, no seu estado atual, ilustra-o terrivelmente: devastada pela luta de classes marxista, há anos que a economia não

[4] [N.T]: Em termos modernos: *Sistema Financeiro Internacional.*

consegue alcançar a paz interior necessária à reconstrução econômica. Nada foi feito para travar o comportamento selvagem deste filho do velho liberalismo materno; os auxílios[5] e apoio social, cada vez mais introduzidas, podiam certamente remediar as emergências mais urgentes (desde que o Estado dispusesse de meios financeiros para o fazer), mas nunca eliminaram o mal de base, a luta de classes.

A ideia básica desta política econômica, esta ideia liberalista-marxista degenerada, não permitia soluções energéticas; estas últimas teriam sido uma violação do estranho e distorcido conceito liberal de "liberdade"[6]. Paralelamente a esta luta de classes, assistiu-se a um declínio das energias econômicas criativas sem precedentes na história econômica. O pilar da nossa nação, a agricultura, e a classe média entraram em colapso económico quase total, muitas grandes empresas industriais pararam[7], milhões de concidadãos estão desempregados; ao mesmo tempo, porém, os interesses do capital financeiro internacional e a sua ganância de lucro são apoiados e promovidos pelo Estado ao mais alto nível. No entanto, todos estes acontecimentos infelizes são apenas uma consequência necessária da visão liberal econômica degenerada subjacente a esta política

[5] [N.T]: Um exemplo é o auxilio-desemprego de 42 Marcos alemães fornecidos pela República de Weimar durante o início de 1933 (*Léon Degrelle, "How Hitler Consolidated Power in Germany and Launched a Social Revolution," Journal of Historical Review, Volume 12, Number 3* - pode ser lido digitalmente em: https://counter-currents.com/2012/04/hitlers-social-revolution-part-1/ - acessado em março de 2024); é uma política oriunda do fracasso econômico liberal.

[6] [N.T]: Entende-se por conceito liberal de "liberdade": *direito inalienável de vontades individuais humanas garantido sob custódia jurídica, sendo a "liberdade plena" a ausência ou pouca coerção estatal em ações individuais práticas, principalmente comerciais.*

[7] [N.T]: Aqui descreve a situação da República de Weimar: *"As indústrias da Alemanha, outrora renomadas em todo o mundo, não eram mais prósperas, apesar dos milhões de marcos em gratificações que os magnatas financeiros se viam obrigados a despejar nos cofres dos partidos no poder antes de cada eleição para garantir sua cooperação"* - (Léon Degrelle, Op. Cit).

econômica alemã moderna (até pouco tempo), com a sua ênfase típica nos poderes econômicos nacionais, por um lado, e a afirmação pouco compreensível do capital financeiro internacional como a quase única categoria de salvação econômica, por outro.

Como foi referido no início, o estado real de uma economia nacional corresponderá sempre às ideias econômicas básicas que foram decisivas para a gestão do Estado. No entanto, o fato de esta teoria econômica autorizada estar repleta de tais ideias básicas, que enfraqueceram a nação alemã e tiveram um efeito destrutivo na economia alemã, é, num sentido histórico, parcialmente responsável pelo colapso da nossa vida econômica nacional, especialmente por parte dos teóricos econômicos das universidades alemãs.

É certo que a política de tributos, prosseguida pelo Governo alemão até 1932 com um zelo tão incompreensível quanto excessivo, também desempenhou um papel considerável no empobrecimento da nossa economia nacional. Note-se, no entanto, que o espírito desta política de realização foi o mesmo que criou a visão liberal degenerada da economia: o espírito de fraqueza, de conformidade, de abnegação da própria força nacional, por outras palavras: o espírito do pacifismo. O pacifismo não existe apenas no domínio da grande política ou da política de defesa, etc, não, também encontramos este espírito na política econômica. Existe também uma política econômica pacifista. Esta variante do pacifismo é ainda hoje representada nas nossas universidades

por aquela visão econômica erudita ou teoria econômica que caracterizamos acima como liberalismo degenerado e cujas terríveis consequências práticas para a nossa economia alemã já referimos.

Com a tomada do poder pelo líder supremo da NSDAP, Adolf Hitler, deu-se, como já foi referido, a viragem, há algumas semanas, no domínio da política econômica prática; mas também no domínio puramente científico da teoria econômica, tem de haver uma viragem em relação a esse liberalismo erudito e degenerado. Isto faz com que uma análise crítica dessa visão liberalista erudita da economia seja um dever, e é ao serviço dessa crítica que este pequeno artigo se destina em primeiro lugar.

O nosso povo alemão deve também ser dotado de uma nova doutrina no domínio da teoria econômica, construída sobre o espírito de luta natural e o entusiasmo criativo positivo, sobre a consciência nacional e racial da força e do orgulho do nosso povo, uma doutrina que nasce do espírito de luta e do entusiasmo criativo, que gera espírito de luta e entusiasmo criativo. É um feito imortal de Adolf Hitler, o líder supremo da NSDAP, ter reconhecido este espírito de luta mais intrínseco, que é também o espírito de luta positiva pelo desenvolvimento nacional em todos os aspectos, apesar do moderno enevoamento pacifista dos cérebros de tantos alemães, tê-lo feito brilhar de forma espetacular e poderosa e, assim, restaurado a fé deste povo em si próprio.

Uma teoria econômica que ignora descuidadamente este fenômeno fundamental da vitalidade alemã, militante e criativamente alegre, nunca pode pretender ser o espírito do povo alemão; nunca pode pretender estar ancorada no sentimento moral do nosso povo; nunca pode pretender estar em ligação viva com o pensamento profundo do nosso povo no campo filosófico; nunca pode pretender ser ela própria metafísica e filosoficamente fundada no sentido da filosofia idealista alemã.

O liberalismo moderno, erudito e degenerado do espírito marxista significa, no entanto, uma teoria econômica que ignora todos estes critérios; este liberalismo significa, portanto, como o provam os escritos e as obras dos melhores e mais destacados representantes científicos, a repressão da eficácia das energias nacionais economicamente criativas na sua totalidade[8]; portanto, como ensina também a experiência prática dos nossos dias, destrói as energias construtivas da nossa economia nacional ao preço simultâneo da prosperidade nacional para o capital financeiro internacional[9]. Uma teoria

[8] [N.T]]: Aqui também se refere ao fator personalidade criativa, que se manifesta no domínio da propriedade privada, que o marxismo quer extinguir na perspetiva da ruptura com o capitalismo. No entanto, o principal problema identificado aqui não são estes elementos individuais da economia, como a propriedade privada, mas o capitalismo financeiro das grandes corporações e trusts, e o próprio capital especulativo, que extingue o fator individual elementar da propriedade privada e os transforma em grandes sociedades anónimas em virtude da acumulação sistemática de capital.
[9] [N.T]: Um exemplo prático é a própria propriedade privada: a propriedade privada nada mais é do que o direito de disposição legal dos indivíduos sobre bens e objetos, que na tradução seria o seu direito de posse, uso e usufruto legal, sendo a essência da propriedade privada o seu caráter individual elementar do proprietário, porém, o capitalismo financeiro extingue esse caráter individual elementar e o substitui por um caráter social, por exemplo, através da acumulação sistemática de capital possibilitada pela grande especulação, o proprietário nunca terá apenas uma propriedade, mas terá várias propriedades que se integram entre si e formam sociedades de trabalho, assemelhando-se a sociedades à parte das sociedades civis. O principal problema identificado pelo texto não é, neste exemplo, a propriedade privada em si, mas o instrumento de acumulação de capital possibilitado pelo capitalismo, por exemplo, através da especulação imobiliária e fundiária, ou do próprio mercado de ações e dos dividendos.

baseada no slogan liberal *"laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même"*[10] logicamente incapaz de reconhecer sequer as energias econômicas criativas de um povo (visto como um todo energético), quanto mais de estimular tais energias e de se elevar ao grande feito nacional no campo econômico nacional. A teoria liberal, que parte geralmente da ideia de que a economia é uma categoria em si mesma, que segue simplesmente as suas próprias leis da natureza e que pode, portanto, ser julgada e analisada de acordo com as suas próprias possibilidades[11], isolada do resto da vontade do povo, do pensamento e do sentimento do povo, deve, portanto, tornar-se necessariamente aquilo em que se tornou, nomeadamente uma disciplina dita autônoma, isto é, separada de todos os outros ramos do conhecimento e, portanto, morta. Uma tal teoria não tem qualquer ancoragem na vontade espiritual do nosso povo e, por conseguinte, não pode, em última análise, ser justificada filosófica e metafisicamente no sentido da filosofia idealista alemã, uma vez que esta filosofia alemã não é, em última análise, senão, por exemplo, a par da religião e da arte alemãs, a expressão mais profunda da vida espiritual do nosso povo.

É certo que a teoria econômica tem de compreender as regularidades da vida econômica, tem também de formular os conceitos necessários, etc., mas - e gostaríamos de sublinhar isto em particular - esta é apenas uma parte da tarefa que lhe é atribuída. Além disso, a teoria econômica tem a grande tarefa de deduzir das leis conhecidas da natureza as orientações e os princípios básicos e de os unir num sistema científico,

[10] [N.T]: *deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo.*
[11] [N.T] Tipo de economia "mecanicista".

princípios básicos segundo os quais a economia nacional deve ser orientada no quadro das leis da natureza. Só neste sistema é que esta ciência atinge o seu ponto culminante[12]. E este sistema de princípios econômicos básicos deve, em última análise, estar ancorado nas forças espirituais básicas do nosso povo, deve estar enraizado na mesma luta espiritual e impulso criativo que o programa político nacional-socialista, deve ter a sua base mais antiga nas mesmas energias espirituais básicas alemãs, como a filosofia idealista alemã, pois a unidade básica e o caráter das forças espirituais do nosso povo devem, logicamente, repetir-se sempre como a mesma unidade nos seus objetivos mais elevados, independentemente de se tratar do mais alto conhecimento científico ou do mais alto ato político nacional. É por isso que a ciência da teoria econômica nacional deve também testemunhar o mesmo espírito que criou o programa nacional-socialista e está em vias de o pôr em prática; assim, ao procurar desenvolver os seus próprios novos conhecimentos, deve inevitavelmente estar ligada pela mais estreita inter-relação intelectual tanto com a ideia nacional-socialista como com o pensamento filosófico idealista alemão. A nova economia de caráter nacional-socialista é, portanto, uma doutrina económico-sociológico-energética que, com base na apresentação e análise das regularidades econômicas das forças produtivas criativas da nação como um todo, bem como das suas propriedades economicamente produtivas individuais, tenta estabelecer princípios orientadores e princípios básicos ligados a um sistema que se destinam a

[12] [N.T]: Aqui refere-se àquilo que compreendemos como “doutrina” ou “escopo doutrinário”.

servir o mundo no sentido do maior aumento da eficiência da economia nacional num sentido autossuficiente, mas que em termos morais se baseiam na ideia básica do programa nacional-socialista: *O Interesse comum precede o Interesse individual* [Gemeinnutz vor Eigennutz]. Na nossa opinião, só uma doutrina serve o nosso povo alemão e, por conseguinte, serve também a busca da verdade. E só uma tal teoria pode corresponder ao espírito da filosofia idealista alemã.

O apelo deve ressoar também no domínio da ciência econômica, tão importante a nível nacional: *Acorde, Alemanha!*

Segunda Seção: O objeto cognitivo da economia geral (liberalista/liberal)

O objeto das considerações da "economia geral" liberal não é, como se deveria supor, a economia nacional de qualquer povo ou Estado em particular, nem pelo menos o tipo de tal economia nacional vinculada ao Estado, mas sim uma estranha entidade[13] que existe apenas na imaginação dos estudiosos em questão. É antes uma estranha entidade que existe apenas na imaginação dos académicos em causa, que não existe de todo na realidade das coisas, e que é mesmo completamente impossível na vida real, mas a que esses acadêmicos chamam "economia nacional" de uma forma que é tão imprecisa como terminologicamente violenta; Nesses círculos, nem sequer se apercebem deste erro terminológico, porque - e aí reside a falha grave de todo o pensamento dos principais teóricos econômicos de hoje, na sua confusão entre realidade e fantasia - ignoram completamente o fato de elevarem uma entidade fantasiosa a objeto cognitivo das suas observações e análises econômicas e não a realidade das coisas, a economia viva; acreditam que essa entidade fantasiosa é a realidade, é na verdade a "economia".

É evidente que todas as conclusões analíticas derivadas da observação de uma tal economia de fantasia construtiva são absolutamente inúteis para a ciência e para a prática. Além

[13] [N.T]: A economia de mercado e o próprio mercado livre (a essência mais pura do capitalismo), uma derivação liberal, que manifesta a sua amplitude na economia internacional e no sistema financeiro internacional, porque não há reconhecimento de fronteiras nacionais em matéria económica, não existe uma "economia nacional" ou uma "economia do povo/popular".

disso, todas essas conclusões dependerão sempre, como é óbvio, da forma como a fantasia é construída; aqui, por assim dizer, apenas se extrai "lógica e especulativamente" da fantasia aquilo que previamente se construiu artificial ou fantasiosamente nela.

Logo no início do seu manual de "Economia Geral", que foi introduzido em todas as universidades alemãs, Adolf Weber[14] dá uma definição daquilo a que chamamos um produto puramente imaginário da economia nacional, que ele confunde com a realidade da vida, ou seja, que ele considera como realmente existente (e assim testemunha desde o início que toda a sua obra se baseia num erro fundamental)[15]: *"A esta definição ..."*, Adolf Weber acrescenta o seguinte, como explicação adicional da mesma: *"Para que um pedaço de pão seja disponibilizado, o padeiro tem a farinha necessária, a farinha que é moída no moinho. O moleiro obtém o grão do agricultor. O padeiro, o moleiro e o agricultor necessitam de equipamentos para o seu trabalho, cuja produção exige, direta e indiretamente, um número imenso de tarefas individuais. Para levar a farinha do moinho ao padeiro, são necessários sacos, para terminar os sacos, agulhas [...] As matérias-primas necessárias, cereais, carvão, madeira, minério, etc., são muitas vezes trazidas de longe em grandes navios a vapor e com a ajuda dos caminhos-de-ferro. Os produtores de matérias-primas e de materiais auxiliares estão tão dependentes das entregas de produtos de panificação*

[14] [N.T]: Adolf Weber (29 de dezembro de 1876 - 5 de janeiro 1963) foi um economista alemão de cunho liberal com tendências austríacas-liberais, sendo amigo pessoal de Ludwig von Mises.
[15] [N.A - Nota do Autor]: Ver: Adolf Weber, Allgemeine Volkswirtschaftslehre, München und Leipzig. 2. Aufl. 1929. § 1, 5.3.

como os padeiros. O equilíbrio deve ser encontrado num processo de troca infinitamente intrincado [...] É facilmente percetível que o entrelaçamento de economias individuais que nos interessa aqui não termina nas fronteiras de qualquer Estado. Por conseguinte, a designação "Economia Nacional" não é inteiramente adequada (nota 11 do autor). Economia social seria, de fato, um termo mais adequado. A palavra povo (Volk) deve ser entendida num sentido mais lato, como o epítome de todas as pessoas que cooperam com o objetivo de satisfazer necessidades sem olhar a quaisquer fronteiras acidentais [...]"[16].

A partir desta definição e da sua explicação, é bastante claro que, como já foi indicado, na obra de Adolf Weber, uma economia nacional é considerada como o suposto verdadeiro objeto de conhecimento de uma "teoria geral da economia", que não significa a economia nacional de um determinado povo ou de qualquer nação em particular ou mesmo o tipo de tal economia nacional vinculada ao Estado, mas que significa a economia dos povos de todo o mundo, se eles trabalham juntos com o propósito de satisfazer as necessidades sem levar em conta quaisquer fronteiras acidentais. Rejeitamos este tipo de "economia mundial" como objeto de conhecimento para a investigação econômica de natureza teórica e prática, pois em nenhum lugar do mundo existe uma tal economia. De fato, os povos estão concentrados e unidos nas suas nações e nos seus Estados, e o sentimento nacional de pertença faz com que os Estados individuais se esforcem conscientemente por alcançar

[16] [N.A]: Ver: Adolf Weber, Op.Cit, p. 3 e 4.

a autossuficiência econômica com todos os meios de política econômica (e a política em grande escala que a apoia) - (mesmo que a autossuficiência completa[17] seja um ideal que provavelmente nunca poderá ser alcançado por todos os Estados da Terra). Se assim não fosse, os próprios povos minariam a sua autosuficiência econômica nacional e prepariam, assim, a sua própria queda nacional, porque nenhuma nação pode lutar pela existência[18] sem a maior quantidade possível dos seus próprios recursos. E assim a soma de todos as economias individuais de cada economia nacional forma o seu próprio organismo económico nacional, cujo modo de movimento é determinado por correntes sociológicas, especialmente económico-sociológicas, correntes de energia que ligam as economias individuais, por um lado, uns aos outros e, por outro, ao corpo económico global guiado pela vontade geral. Fora dessas organizações econômicas nacionais não há, em princípio, economias individuais; todos os economias individuais estão, portanto, mesmo que até certo ponto livres nas suas disposições, mas, em última análise, mais intimamente ligados ao organismo econômico nacional dos seus povos e Estados, cuja prosperidade e queda têm necessariamente de experimentar e da qual as suas disposições também são influenciadas;

[17] [N.T]: Estendendo este conceito, imaginemos que um Estado como o Uruguai, onde não existem matérias-primas em grande escala como o Estado brasileiro, decide tornar-se autossuficiente em termos económicos. Não conseguirá ser 100% autossuficiente, porque há matérias-primas que não satisfazem as necessidades de produção da economia nacional, mas será autossuficiente noutras áreas. Um exemplo histórico disso é o pouco reconhecido Estado Socialista de Gabriel Terra.

[18] [N.T]: "A luta pela existência" é um conceito muito utilizado pelos nacional-socialistas em geral, que é muitas vezes mal interpretado como um conceito "socia-darwinistal", embora não o seja e outros teóricos já o tenham utilizado antes de Darwin, como é o caso de Houston Stewart Chamberlain (ver: Robert J. Richards. Was Hitler a Darwinian? The University of Chicago Press, 2013.), no entanto é bem possível que o significado de uma "Luta pela existência" na concepção nacional-socialista seja interpretado, tão corretamente quanto possível, no sentido nietzschiano e não no sentido "darwinista social".

portanto, todos as economias individuais são células do organismo da economia nacional a que pertencem[19].

Uma observação atenta dos processos econômicos reais deve, portanto, levar à seguinte conclusão: Não é o caso de as economias individuais de todo o mundo entrarem em relações econômicas uns com os outros, em princípio, sem levar em conta as "fronteiras acidentais" nacionais, ou seja, independentemente de quaisquer fronteiras nacionais, como pensa Adolf Weber, e cooperarem economicamente e, desta forma, formarem uma economia mundial, mas a situação é antes tal que - uma vez que as economias individuais que entram em contato econômico uns com os outros são sempre inevitavelmente células do organismo da sua economia nacional, apenas as células do organismo econômico nacional entram em contacto econômico umas com as outras; Mas estas células são sempre influenciadas nos seus movimentos (disposições), como mencionado, pelo organismo econômico nacional a que pertencem, por vezes em maior, por vezes em menor grau. Esta circunstância, no entanto, muda enormemente o caráter da economia mundial de Weber; esta "economia mundial" não é então um organismo primário formado completamente independentemente dos momentos nacionais, como pensa Adolf Weber, mas como uma "economia mundial" meramente um fenômeno secundário, que é construído sobre as economias nacionais e individuais criadas pela respectiva vontade econômica global dos vários

[19] [N.A]: O organismo econômico do Estado Nacional de um povo é mantido unido por uma certa energia de base, na qual se baseia, em última análise, a consciência nacional enquanto energia; trata-se, de um modo geral, do sentimento de pertença à comunidade racial.

povos e nações e as células econômicas individuais influenciadas soberanamente por outras[20].

Mas negar a caraterística da economia individual como uma célula do organismo, como tenta Weber, não é apenas negar a existência real das várias economias nacionais e a respectiva vontade dos povos que as criaram, mas também privar a economia individual de uma caraterística altamente essencial; ele é assim remodelado para uma entidade de fantasia abstrata e irreal: a economia individual desce assim ao *homo oeconomicus abstractus*. Adolf Weber, como se pode ver na formulação da sua definição de economia nacional (citada acima), baseia as suas especulações sobre a teoria econômica na existência de economias que estão todos privados da sua caraterística de serem células do organismo de uma economia nacional e, portanto, todos significam *homo oeconomicus abstractus*. Para explicar mais detalhadamente a sua definição, escreve expressamente que a palavra "Volk" no termo "economia nacional" (Volkswirtschaft) deve ser tomada num sentido mais amplo do que o de um povo estatal particular, nomeadamente como o epítome de todas as pessoas que cooperam com o objetivo de satisfazer as necessidades sem olhar a quaisquer fronteiras estatais. Weber chega assim ao que para nós é uma concepção irreal da humanidade e um organismo econômico mundial irreal, uma fantasia que não pode fornecer uma base elementar ou um ponto de partida para considerações econômicas, sejam elas de natureza prática ou mesmo teórica e de princípios. Uma economia mundial no

[20] [N.T]: Resumindo este parágrafo: a economia global é um prolongamento das economias nacionais dos povos, criadas por vontade própria..

sentido de Adolf Weber não existe e todas as conclusões e análises derivadas da especulação de tal fantasia devem ser descritas como infrutíferas e inúteis desde o início[21]. Contentamo-nos aqui com estas breves observações críticas sobre a definição de Adolf Weber da "economia nacional" como objeto de conhecimento da economia geral (teoria da economia social). Apenas notamos, e isto deve ser do maior interesse, que a abordagem de Adolf Weber ao objeto de conhecimento da teoria econômica é, infelizmente, ainda geralmente considerada como correta nas universidades alemãs; Joseph Schumpeter (uma autoridade reconhecida no campo da economia), cujos ensinamentos serão discutidos mais detalhadamente mais à frente neste trabalho, também partilha esta opinião geral.

Também o conhecido economista sueco Gustav Cassel baseia as suas especulações sobre a teoria macroeconômica, que expõe na sua obra "Theoretische Sozialökonomie" (Economia Social Teórica), muito popular na Alemanha e altamente recomendada pelas universidades alemãs, em estudos

[21] [N.A]: As palavras introdutórias da definição de Weber *"Neste livro, a economia deve ser entendida como..."* (ver acima, p. 8 e segs. e nota 1) podem facilmente levar a mal-entendidos, pois podem dar a impressão de que Weber quer dizer que também está familiarizado com o conceito e a existência da economia nacional, mas que na presente obra quer abster-se destas economias nacionais e tomar como base um objeto de conhecimento que é particularmente adequado para considerações de teoria econômica (ou seja, não de economia prática), que naturalmente teve de definir no início do seu livro. Isto leva facilmente o leitor a supor que Adolf Weber tem consciência da realidade do seu objeto de conhecimento, a "economia mundial", e que, por isso, se trata apenas de uma espécie de ficção como construção auxiliar, como é frequentemente o caso na ciência. Mas não é assim, pois Adolf Weber vê no objeto de conhecimento conceitualmente definido da sua "Allgemeine Volkswirtschaftslehre" a verdadeira "economia nacional verdadeira e primária" e reconhece as economias nacionais dos vários povos e Estados apenas como entidades criadas artificialmente por forças políticas. Para Adolf Weber, isto leva naturalmente à conclusão lógica de que o conhecimento fundamental, que é precisamente o que a teoria econômica tem de determinar, só pode ser obtido através de uma análise aprofundada da economia (mundial) que ele reconhece como a única existente, mas não a partir de estudos científicos das entidades secundárias supostamente criadas artificialmente da economia nacional. Weber cometeu assim o erro criticado no texto acima; não existe uma economia mundial (primária).

analíticos dessa fantástica "economia mundial" como objeto de conhecimento supostamente realmente existente[22].

Na nossa opinião, toda a "Economia Geral" ou "Socioeconomia Teórica" já é objeto de conhecimento. Na nossa opinião, toda a "Economia Geral" ou "Economia Social Teórica", enquanto ciência que se ocupa do referido objeto irreal do conhecimento que se acredita existir realmente, não é mais do que um grande erro trágico; e esta é ainda a avaliação mais favorável que lhe podemos dar, porque, como já indicamos, é um erro que, no seu efeito certamente não intencional, mas no entanto eficaz, por parte dos defensores dessa ciência errónea, prejudicou particularmente os interesses da nossa pátria alemã e do nosso povo da forma mais sensível.

[22] [N.A]: Para evitar mal-entendidos terminológicos, convém recordar que, até há pouco tempo, a soma de todas as especulações analíticas sobre a economia mundial se chamava "economia nacional teórica" como objeto de conhecimento, termo que teve de ser abandonado precisamente porque este (fantástico) objeto de conhecimento nada tinha a ver com as economias nacionais dos vários povos; foi então escolhido o termo "economia geral" para ele, muitas vezes também o termo "economia social teórica". Nós, por outro lado, queremos tentar estabelecer uma (nova) economia nacional teórica com base numa visão de mundo [Weltanschauung] nacional-socialista, com o objeto de conhecimento "economia nacional em vários escritos".

Terceira Seção: Reflexões críticas sobre a base em que, de acordo com a teoria liberal, a teoria dos preços foi construída como o problema central de todo o mundo dos fenômenos económicos.

1. Vimos acima como os nossos principais teóricos da economia nacional, apanhados num erro monstruoso, "construíram" um objeto de conhecimento irreal, ou seja, na realidade inexistente, como objeto das suas investigações e especulações científicas, ou seja, criaram-no eles próprios através de ideias demasiado construtivas e artificiais. Na verdade, no que diz respeito a esta economia do mundo, estamos a lidar com uma entidade que pertence apenas ao reino da 4ª dimensão, para usar a linguagem dos espiritualistas, que, de resto, não nos são nada simpáticos. Isto tem de ser dito com clareza e sem ressalvas. Este caráter quadridimensional da referida economia mundial tornar-se-á, aliás, mais evidente no decurso das nossas explicações, assim como as verdadeiras razões e motivos que deram origem a esta estranha estrutura. No entanto, no interesse da nossa pátria, parece ser uma tarefa urgente do teórico económico nacional-socialista examinar criticamente a investigação das leis econômicas desta economia mundial de quarta dimensão,

que agora se tornou histórica na economia social teórica (economia geral).

Durante muito tempo, os principais teóricos da economia mundial procuraram um fenômeno econômico central e simples a partir do qual, em última análise, todos os acontecimentos econômicos da economia mundial pudessem ser explicados. Recentemente, pensa-se que foi dado um passo em frente considerável neste domínio.

Ensina-se que, do ponto de vista da economia mundial como um fenômeno universal (ou seja, do ponto de vista do mundo como um todo), o momento que mantém unido e conecta todo o mecanismo econômico é o "preço"; ao equilibrar a oferta e demanda, o preço regula toda a circulação de bens no sentido mais amplo[23].

O preço é, portanto, o fenômeno central do fenômeno econômico global; o problema do preço é, assim, declarado como o problema central da economia social teórica.

Evidentemente, os representantes da economia social teórica dedicam agora todo o seu esforço e engenho à análise do fenômeno central assim encontrado, a fim de compreenderem a história do fenômeno do preço e, assim, precisamente porque se acredita que ele é o fenômeno central,

[23] [N.T]: Análise econômica mecanicista.

compreenderem as presumíveis leis fundamentais de todo o processo económico.

Assim, como veem, e gostaríamos de o sublinhar uma vez mais para evitar mal-entendidos, existem efetivamente dois problemas de preços: em primeiro lugar, o problema de saber se o fenômeno dos preços pode realmente ser considerado como o fenômeno central de todo o acontecimento e, em segundo lugar, o problema de investigar a natureza da configuração dos processos internos inerentes ao fenômeno dos preços enquanto tal. É certo que em nenhuma parte dos escritos teóricos de economia social - pelo menos, tanto quanto nos é possível verificar na literatura - se encontra uma divisão tão rigorosa do problema geral dos preços, o que está relacionado com o fato de o caráter do fenômeno dos preços como fenômeno central ser considerado demasiado óbvio. A existência de um fenômeno econômico energético ordenado acima do fenômeno do preço, que poderia assim impor as suas leis, por assim dizer, ao fenômeno do preço que lhe está subordinado, parece aos teóricos da economia social tão completamente excluída que eles assumem prontamente a natureza do fenômeno do preço como um fenômeno central, ou pelo menos parecem tomá-lo como certo sem mais delongas; Assim, abordam imediatamente a investigação analítica das regularidades internas do fenômeno dos preços, que se assume desde o início como quase totalmente soberano.

Perguntamos: será que a propriedade do fenômeno dos preços de ser o fenômeno central de todo o processo econômico é realmente uma questão tão "platitudinária"? Em nossa opinião, estamos a lidar com uma questão preliminar muito importante e muito crítica, à qual estamos tanto mais interessados em responder quanto os representantes da economia social retrospectiva não demonstram qualquer interesse por ela.

Perguntamos: a propriedade do fenômeno dos preços de ser o fenômeno central de toda a atividade econômica é realmente um fato tão evidente? Na nossa opinião, esta é uma questão preliminar muito importante e muito crítica, à qual estamos tanto mais interessados em responder quanto os representantes da economia social teórica não demonstram qualquer interesse por ela.

2. a) Ao estudar mais de perto a análise teóricas dos preços da teoria socioeconômica, é muito interessante notar que, ocasionalmente, no tratamento do suposto fenômeno central dos preços, um outro problema é abordado, mas apenas muito superficialmente, um problema que gostaríamos de abordar como o verdadeiro problema central. Este tipo de tratamento científico deste verdadeiro problema central permite que se objete, numa emergência extrema, que o mesmo problema foi também tratado, mas na realidade as explicações que lhe dizem respeito estão de tal forma encobertas pelas considerações teórico-precursivas muito extensas e muito detalhadas em que se entrelaçam, que este verdadeiro

fenômeno central é de fato completamente camuflado e o seu caráter de problema central torna-se completamente irreconhecível. Além disso, o fato de não haver qualquer tentativa de resolver este grande problema central é, evidentemente, dificilmente perceptível para o leitor mais superficial ou menos instruído.

b) Como exemplo quase clássico, escolhemos a conhecida obra de Gustav Cassel "*Theoretische Sozialökonomie*" (Economia Social Teórica), já várias vezes referida. Nela, após uma análise preliminar muito pormenorizada dos critérios gerais do fenômeno dos preços[24], encontramos uma explicação da fixação dos preços dos fatores de produção[25], na qual se explica de passagem, o que é correto em si mesmo, que os fatores de produção devem ser entendidos como os meios de produção mais elementares. No entanto, Cassel não aborda a questão muito importante de saber que energias, quantidades, fenômenos devem ou têm de ser incluídos no termo meios de produção elementares. A questão: que fenômenos devem ser considerados como os meios de produção mais elementares? É colocada, mas a sua resposta é deixada em aberto, sem sequer uma tentativa de solução, e este deixar em aberto é feito de uma forma muito estranha. Estamos perante o verdadeiro problema central de toda a teoria econômica, como em breve mostraremos.

No que diz respeito ao problema que acabamos de referir, Cassel contenta-se muito mais em descrever certos fenômenos

[24] [N.A]: Ver todo o primeiro livro da obra supracitada de Gustav Cassel (Leipzig e Erlangen, 3ª ed.)
[25] [N.A]: Ver Cassel, op. cit., segundo livro.

econômicos que lhe parecem ser meios de produção elementares enquanto tais e em analisá-los imediatamente em termos de teoria dos preços, ou seja, examinar o preço de compra e de venda, etc. Segundo a teoria de Cassel, estes fatores elementares de produção são: o capital (capital financeiro), os materiais naturais (por exemplo, a exploração mineira), a terra e o trabalho. Apenas de passagem, em duas breves observações na sua grande obra, ele assinala ocasionalmente que a assunção de riscos (comerciais) e a atividade empresarial poderiam talvez ser também entendidas como fatores elementares de produção. Estas duas pequenas observações apenas nos levam a concluir que Cassel deixa em aberto a questão de saber se existem outros fatores de produção para além dos quatro que analisou tão exaustivamente em termos de teoria dos preços. Também se pode ver por aqui o quanto a questão de quais categorias devem ser consideradas como fatores de preço é colocada em segundo plano e a sua resposta é evitada. O verdadeiro problema central da teoria econômica é assim, certamente de forma inconsciente, completamente camuflado. Este fato é tanto mais estranho quanto um tal procedimento não é obviamente isento de perigos consideráveis para as considerações de Cassel sobre a teoria dos preços. Não poderia ainda existir este ou aquele fator de produção complementar cujas características globais de preço não se enquadram na teoria geral dos preços de Cassel? Pensamos estar em condições de provar que tais fatores de produção existem.

Adolf Weber, cujas considerações mais restritas sobre a teoria dos preços, aliás, seguem integralmente as ideias de Cassel, também prefere evitar, tanto quanto possível, responder à importante questão dos fatores elementares de produção. Também aqui, como em Cassel, só encontramos a tentativa de definir primeiro certos fenômenos econômicos individuais como fatores elementares de produção e depois analisá-los em pormenor em termos das suas funções de preço. Para o crítico da obra de Weber, fica em aberto a questão de saber se Weber considera que o número de fatores de produção elementares se esgota com os fatores de produção elementares mencionados, ou se apenas alguns fenômenos específicos são declarados como fatores de produção elementares, deixando em aberto a questão da possível existência de outros fatores de produção. Em todo o caso, Adolf Weber não fornece uma avaliação de princípio sobre a natureza dos fatores elementares de produção; também aqui, esta questão tão importante é entrelaçada nas considerações da teoria dos preços, em vez de ser esclarecida previamente, e com este "procedimento de entrelaçamento" a questão principal acaba por se "perder".

Não seria difícil citar outros exemplos da literatura da economia social teórica para o mesmo tratamento do problema dos fatores elementares de produção, uma vez que é precisamente este tipo de tratamento deste problema central que constitui a principal caraterística da ciência liberal.

E as coisas não são como se poderia tentar argumentar aqui: se este ou aquele fenômeno econômico fosse realmente

reconhecido como um fator de produção elementar, e se outros apresentassem realmente outros novos fenômenos de função-preço, então a teoria dos preços de Cassel e Weber, que prevalece atualmente, estaria provavelmente errada em sentido estrito, mas continuaria a ser verdade que o problema dos preços é o problema central de toda a especulação teórica; Apenas a sua tentativa de solução se revelou então errónea; a questão acima levantada sobre se o problema dos preços deve realmente ser considerado como o problema central de todo o mundo dos fenômenos econômicos, como é atualmente ensinado pela economia social teórica, não é possivelmente afetada de forma alguma pelas considerações feitas até agora.

No entanto, uma tal refutação não iria ao cerne da questão.

3. se aplicarmos o inquérito puramente político-crítico, cuja utilização é, aliás, extremamente mal vista no âmbito de considerações puramente científicas (muito injustamente, aliás!), à posição da economia social teórica relativamente ao tratamento do problema dos fatores de produção acima descrito, podemos fazer uma observação muito interessante.), à posição da economia social teórica relativamente ao tratamento do problema dos fatores de produção acima descrito, podemos fazer uma observação muito interessante: para além dos fatores de produção politicamente completamente neutros (como o trabalho puro enquanto tal ou a energia natural pura enquanto tal, isto é, a terra, etc.), por um lado, são considerados todos os fatores de produção tipicamente neutros (como a terra e o solo, etc.). Para além

dos fatores de produção politicamente e completamente neutros (como o trabalho puro enquanto tal ou a energia natural pura enquanto tal, isto é, a terra, etc.), todas as energias econômicas criativas nacionais típicas de uma nação são completamente negadas como fatores de produção elementares no quadro de toda a economia social teórica, mas, por outro lado, o capital financeiro internacional (aliás, sem o mínimo exame crítico adequado, como se verá) é elevado ao estatuto de fator de produção elementar[26].

Perguntamos: *Não exprimem claramente as ideias cosmopolitas internacionalistas subjacentes à economia social teórica?*

Respondemos: *Sim, perguntamos nós, não há uma tendência muito clara subjacente a esta ciência?*

Será que acreditamos realmente, por exemplo, que qualquer povo organizado num Estado, considerado como um todo nacional unificado, não emana também uma energia econômica inata de um tipo muito especial? Por exemplo, a política econômica seguida por todos os povos nacionalistas do mundo, através da qual constroem a sua economia nacional tendo em vista, em primeiro lugar, a maior e mais abrangente produção possível dos seus próprios bens, não atesta o fato de os povos, enquanto tais, possuírem também uma energia

[26] [N.A]: Recordemos as explicações de Cassel que acabámos de dar. Segundo ele, existem quatro fatores de produção: o trabalho, a terra, os materiais naturais e o capital financeiro. Cassel deixa então em aberto a questão de saber se a assunção de riscos ou a atividade empresarial podem também ser consideradas fatores de produção; Adolf Weber adopta uma posição quase idêntica, exceto que nega diretamente à atividade empresarial a qualificação de fator de produção elementar; voltaremos a este ponto mais adiante.

econômica positiva inata e criativa? Ou ainda: a energia laboral do empreendedorismo criativo (e não da ganância!) de um povo organizado pelo Estado não é, em última análise, também um produto das energias nacionais básicas de um povo[27]? Não deveria haver aqui fatores de produção elementares? Pensamos que devemos responder afirmativamente a esta questão.

Por outro lado, a caraterística do capital portador de juros como fator elementar de produção é afirmada com grande entusiasmo, mas sem crítica suficiente, pelos representantes da economia social teórica. Não parece tratar-se de uma vontade política internacional que, desde o início, orientou esta ciência em certas direcções e, por conseguinte, garantiu desde o início um certo caráter a toda a investigação analítica sobre ela? E quem mais deveria estar interessado na negação das energias econômicas nacionais e no disparo do capital financeiro do que, em primeiro lugar, o judeu?

É claro que, tendo previamente escolhido a acima descrita "economia nacional mundial" (essa fantasia da 4ª dimensão) como "objeto de conhecimento" da economia social teórica, não se pode então, no curso subsequente da investigação científica, afirmar as energias criativas nacionais originais dos povos ou mesmo respeitá-las como fatores elementares de produção. O objeto de conhecimento "economia mundial" exige, quase se poderia dizer com a força de um imperativo categórico, que se neguem as energias criativas orgânicas

[27] [N.A]: Forneceremos provas claras da literatura de que esta energia empresarial criativa é negada como um fator de produção elementar no contexto da economia social teórica.

nacionais dos povos raciais. Neste caso, uma doutrina é apenas o correlativo da outra. Mas negar a energia econômica criadora dos povos vinculados ao Estado enquanto tal, e depois construir toda uma ciência teórica, nomeadamente a economia social teórica, com base nesta negação, não significa outra coisa senão a tentativa de criar uma forma de conhecimento tetradimensional com o objetivo de analisar os fenômenos do objeto de conhecimento naturalmente igualmente tetradimensional, a "economia mundial".

Este tipo de conhecimento tetradimensional oferece aos intervenientes judeus desta ciência, orientados internacionalmente, uma outra grande vantagem: ao negar o poder criativo dos povos organizados em Estados enquanto tais e ao excluí-los, assim, de todas as considerações econômicas e nacionais desde o início, o problema racial é naturalmente excluído também desde o início. A socioeconomia teórica baseia-se na doutrina de uma massa de povos geralmente igual e completamente nivelada; baseia-se na "constatação" de que tudo o que é humano é "igual" e, no seu conjunto, se esforça e trabalha na mesma direção.

Agora que a mais alta energia econômica, a energia criadora dos povos e das nações, como a mais elementar energia de produção, foi eliminada das considerações científicas da "Economia Social Teórica" e que todo o conhecimento emana da massa dos povos, foi também eliminado o verdadeiro problema central de todas as considerações econômicas genuínas, nomeadamente o problema do significado e da

natureza do modo de ação do mais central fator de produção, a energia econômica criadora nacional, fator de produção que influencia largamente o fenômeno dos preços nas suas funções. Com a eliminação deste problema verdadeiramente central e, portanto, também da ideia do organismo nacional, resta certamente como consequência lógica apenas o problema do preço como problema central para o nome do nome das considerações econômicas mundiais da economia social teórica. Que outro problema poderia ser elevado ao estatuto de problema central em relação a esta massa econômica de povos? Mas uma vez que isto significa que o problema do preço é efetivamente investigado fora das verdadeiras ligações orgânico-econômicas, em particular fora da influência nacional da vontade econômica dos povos e dos Estados, os resultados das análises teórico-precisas relevantes da economia social teórica têm, naturalmente, de ser necessariamente contrários ao organismo, ou seja, de natureza construtiva puramente artificial.

Resumindo: o fato de se evitar uma investigação clara do problema dos fatores de produção significa que, em vez deste, outro problema, o problema dos preços, é elevado a problema central da economia social teórica e, além disso, que este último só pode ser necessariamente resolvido unilateralmente; mas como nos tratados científicos de economia social teórica o problema dos fatores de produção não só é erradamente evitado na medida do possível, como até camuflado, como se viu acima, a elevação do problema dos preços a problema central assenta numa base "preparada".

Observação final: O termo "enganoso", pelo menos no sentido aqui utilizado, pressupõe uma ação culposa; no entanto, gostaríamos de clarificar este juízo de forma mais precisa, fazendo as seguintes observações: a ideia sistêmica da economia social teórica acima referida, com o problema dos preços em primeiro plano e a forma como o problema dos fatores de produção é tratado em segundo plano, é, ela própria, uma ideia de origem judaica com mais de cem anos. Remonta ao escritor judeu David Ricardo (1772-1823), conhecido de todos os teóricos da economia, que é caracterizado na história da economia social teórica como um dos maiores pensadores neste domínio. Estritamente falando, portanto, o que é novo na economia social teórica moderna não é essa ideia de sistema como tal, mas apenas uma bela tentativa de revitalizá-la por meio de uma nova justificativa científica. A mentalidade internacional subjacente ao conceito de sistema acima descrito e a sobreposição associada de energia econômica nacional é meramente uma consequência da mentalidade espiritual natural do povo judeu. Isto não pode ser censurado; a censura que deve ser feita aqui é muito mais numa direção completamente diferente: o judeu sabe naturalmente, através da experiência prática da vida quotidiana, que as energias nacionais fluem de fato através dos povos da Terra ligados por Estados. Ele conhece, de fato, a eficácia destas energias nacionais, que não se estendem apenas aos campos puramente políticos, mas também, por exemplo, ao campo econômico (luta pela autossuficiência!); ele conhece, portanto, estas forças nacionais *völkisch*, mesmo

que lhe sejam estranhas, isto é, ao judeu enquanto tal, como uma experiência interior primordial da sua própria alma. Se o judeu quisesse honrar a verdade, teria de ter em conta estas energias no seu trabalho científico, especialmente, por exemplo, no seu trabalho sobre os fenômenos básicos e as leis básicas do curso da economia nacional, por outras palavras, no campo da teoria econômica nacional. No entanto, no interesse do judaísmo mundial, o judeu nega completamente as energias econômicas nacionais básicas dos povos; ele não só empurra para segundo plano o principal problema da teoria econômica, nomeadamente a análise do modo de ação da energia criativa declarada dos povos no campo económico e o seu significado científico como o mais elementar fator de produção de primeira ordem, como o disfarça deliberadamente. Trata-se de uma falsidade deliberada, mas é apenas uma falha no sentido histórico. Dada a sua mentalidade intrinsecamente internacional, não se pode esperar que o judeu dê prioridade aos interesses dos povos ligados ao Estado e negue os seus próprios interesses. Os povos ligados ao Estado têm de representar os seus próprios interesses em todos os aspectos. Isto aplica-se não só à política dominante, mas também à investigação científica sobre a natureza e a estrutura espiritual desses povos, bem como a todas as disciplinas científicas, especialmente as humanidades. O judeu não pode servir os povos ligados ao Estado como professor e investigador, e muito menos pode ocupar tal posição nos Estados das raças nórdico-germânicas.

Mas o fato de tantos cientistas alemães não judeus também prestarem homenagem à ideia do sistema judaico internacional, tal como encontrou expressão na Economia Social-Teórica, e não reconhecerem a necessidade absoluta de criar uma nova *Economia-Nacional-Teórica*, só pode ser explicado pelas circunstâncias dadas e pelo espírito dos tempos, um espírito dos tempos que, influenciado por judeus e jesuítas, está demasiado inclinado para cursos de pensamento orientados internacionalmente. Os académicos que, infelizmente, são demasiado afectados por este *zeitgeist* são quase mais perigosos para a nossa ciência, e especialmente para a economia, do que o próprio judeu, porque são estes académicos que permitem que o judeu permaneça em segundo plano e se disfarce tanto quanto possível, e que depois tentam introduzir a mentalidade internacional no nosso pensamento e também na nossa juventude, em vez do judeu, como seu representante, por assim dizer; mas a doutrina internacional ensinada por porta-vozes não judeus é recebida mais facilmente e com menos suspeitas por todas as partes. Por esta razão, são precisamente as opiniões doutrinárias dos representantes do mundo académico, assim caracterizadas, que merecem uma atenção particularmente crítica. É claro que não é nossa intenção acusar os representantes das doutrinas internacionais aqui consideradas de falsidade científica deliberada; eles são, de fato, na sua maioria, vítimas involuntárias do *zeitgeist* internacional acima descrito.

Seção 4: Exposição crítica sobre energia nacional dos povos e o Estado como um fator produtivo na teoria liberal moderna

No que diz respeito à eliminação da energia nacional de autoconservação e de vida dos povos ligados ao Estado como a mais importante fonte de energia econômica - que, como já foi indicado, tem de ser reconhecida como um fator econômico elementar de produção - da esfera de consideração desta economia social teórica científica, pouco mais há a dizer aqui de um ponto de vista factual; isto deve-se precisamente ao fato de não se ter prestado qualquer atenção a esta energia, apesar do seu significado altamente importante, e de ela ter sido simplesmente negada por completo nas especulações analíticas científicas actuais. No fundo, a crítica apenas pode constatar este registo absoluto. No entanto, gostaríamos de assinalar, ainda que muito brevemente, alguns momentos de acompanhamento talvez não totalmente desinteressantes. Enquanto, por exemplo, na obra de Gustav Cassel "Theoretische Sozialökonomie", já várias vezes citada, não há uma única menção a estas energias dos Estados-nação, Adolf Weber, na sua "Allgemeine Volkswirtschaftslehre" (Economia Geral), aborda o problema da energia, como aqui se indica, de uma forma que caracteriza particularmente tanto a sua visão da economia como a visão liberal.

Depois de Adolf Weber ter definido o Estado como "uma ordem baseada no poder, justificada pela conveniência e pela continuidade, para a manutenção da comunidade e da liberdade do povo", perguntou: *"Como é que esta ordem (estatal) se relaciona com a outra ordem, a que chamamos economia nacional?"*[28].

De um ponto de vista puramente lógico, a questão de Weber deve conduzir a um dilema insolúvel, porque ou o Estado comanda e impõe a sua ordem e, portanto, também a sua ordem econômica à comunidade dos povos, ou as partes interessadas da economia mundial comandam e ditam a sua ordem de interesses ao público em geral, primeiro em questões econômicas e, portanto, também em grande medida noutras questões importantes. Dois centros de vontade independentes, baseados em interesses diferentes, não podem criar uma ordem econômica uniforme ao mesmo tempo. No entanto, é sabido que não há compromissos nestas questões ideológicas e nas questões econômicas daí resultantes. Weber, porém, recomenda a solução do "laissez-faire", ou seja, o Estado deve, em princípio, abster-se de participar nas decisões sobre questões econômicas. Esta vitória do "liberalismo económico" significa *"[...] apenas a auto-restrição do Estado às suas tarefas inerentes e necessárias, nomeadamente a manutenção da comunidade e da liberdade do povo, ou, por*

[28] [N.A]: Para ele, a correção da concepção da economia nacional como uma economia mundial está automaticamente estabelecida, como já indicamos acima. Assim, na visão de Weber, o termo "economia nacional" refere-se sempre e constantemente ao organismo económico mundial (primário) que descrevemos acima como uma estrutura de sonho espiritualista, cujo território que abrange o mundo inteiro é de fato atravessado por fronteiras político-estatais mais ou menos dadas por acaso, mas cuja observação econômica como um fenômeno econômico não deve ser influenciada de forma alguma por essas fronteiras.

outras palavras, a restrição ao objetivo da justiça e da segurança [...]"[29]. Esta decisão baseada em princípios reflete a atitude fundamental de Adolf Weber em relação a todos os processos económicos.

Notamos, no entanto, que esta decisão está também inegavelmente ligada a uma negação fundamental e absoluta, no domínio económico, da vontade primordial de viver e de preservar a independência e a autonomia dos povos ligados ao Estado. Na realidade, porém, como mostra a experiência, essa energia primordial dos povos sãos exprime-se no domínio econômico não menos do que noutros domínios vitais, como o das forças armadas, porque uma nação não precisa apenas de armas para se defender dos seus inimigos, por exemplo. Uma nação com uma vontade comum de preservar a vida negligencia o cultivo da vontade nacional de se defender e, ao mesmo tempo, negligencia a sua própria existência econômica (por exemplo, deixa perecer a sua agricultura e, portanto, a sua mais importante fonte de subsistência). Se um tal povo não acordar a tempo, está irremediavelmente perdido. Na obra de Adolf Weber, estamos, portanto, perante uma negação da energia econômica primordial da nação, que é o que torna possível, em primeiro lugar, uma verdadeira economia nacional, ou mesmo o que a cria em primeiro lugar. Adolf Weber não reconheceu, portanto, a existência de um fator de produção elementar: Weber ignora o sentido de comunidade dos povos ligados nacionalmente, que tem um efeito energético sobretudo no domínio econômico, sem o efeito

[29] Ver: Adolf Weber a,a.D. p.128,

prático do qual não haveria economias nacionais e, portanto, não haveria povos soberanos ligados ao Estado e, portanto, também não haveria economias nacionais em diálogo umas com as outras, que é o fenômeno econômico mundial secundário. O modo de ação da energia nacional unificada dos povos pode muito bem ser analisado nas mais diversas direções e pode ser feita uma espécie de interpretação analítica fictícia da mesma para fins científicos, e é claro que se deve estar sempre consciente desta ficção. Assim, a energia nacional de uma nação ligada ao Estado aparece-nos, no contexto da teoria econômica, como um fator de produção elementar que torna possível, em primeiro lugar, uma economia nacional. E com esta doutrina da energia vital nacional como um fator de produção elementar, procuramos nas nossas especulações ultrapassar a doutrina do liberalismo económico, a sua crença numa energia econômica mundial autoperpetuante que se opõe à energia puramente político-estatal-nacional, e demonstrar a síntese do modo de ação unificado da energia nacional no campo político e económico que existe na realidade.

Mas com esta negação fundamental da energia econômica primordial dos povos como fator elementar de produção, criou-se a base sobre a qual só a doutrina da economia mundial como objeto de conhecimento (e a doutrina dos preços como problema central de todos os problemas econômicos) poderia ser construída.
De fato, Adolf Weber parece ter pelo menos pressentido a existência, e mesmo a importância, da energia de

autoconservação nacional dos povos ligados ao Estado como a mais importante fonte de energia econômica. É muito interessante notar como, por um lado, ao observar a realidade da vida econômica das nações, ele vê repetidamente esta última e maior energia em ação e, por outro lado, procura eliminar a mesma energia das suas observações científicas, isto é, do seu círculo científico-analítico de ideias e construções, tão constantemente como se ela não tivesse sido eliminada, e assim regressa sempre ao seu ponto de vista dos princípios liberais acima delineado. Alguns exemplos particularmente marcantes:

Adolf Weber escreveu: *"É compreensível que uma nação forte, consciente da sua dignidade, queira obter tudo o que é necessário para a sua existência material dentro do país. Não se sente confortável com um centro para além da fronteira. O ideal da economia nacional é a autossuficiência, a autossuficiência A vontade de nação [...] o ímpeto associado à consciência nacional, o pensamento de que se vive unido a muitos outros para algo que, para além dos limites dos próprios desejos e bens materiais, estimula cada indivíduo a pôr o seu melhor ao serviço de uma unidade saturada de vida e força, pode também ter uma influência adequada no sucesso do trabalho conjunto"*[30]. Poder-se-ia pensar que Adolf Weber se distanciou assim da teoria do liberalismo económico. No entanto, isso seria um erro, pois a ênfase deve ser colocada na palavra "pode" na última frase da citação acima. É aqui que a tendência de Weber para separar o poder estatal-nacional e a

[30] [N.A]: Ver A. Weber a.a.D. p. 97.

economia mundial ou o poder económico mundial volta a ser evidenciada. Na verdade, Weber apenas quer dizer o seguinte: estas duas fontes de energia podem, num encontro mais ou menos coincidente, trabalhar no mesmo sentido e favorecer uma determinada nação. É por isso que Adolf Weber alerta imediatamente, no mesmo ponto da sua obra, para os perigos que, na sua opinião, uma intervenção da energia nacional na vida econômica geralmente acarreta. Ele continua a explicar como as nações lutam pela autossuficiência econômica*: "No entanto, a razão adverte-nos que, se uma nação quer ser forte e saudável, a habitabilidade da sua população nunca deve ser um objetivo secundário, mas a própria base da sua existência. A exigência de autossuficiência da economia nacional pode facilmente levar a uma situação em que o espaço de vida das pessoas é injustificadamente reduzido. O empobrecimento, a dizimação através da emigração, a insatisfação social, a discórdia política podem então ser o resultado de uma recusa em construir parte das possibilidades econômicas do próprio povo através do trabalho doméstico, mas em certa medida em solo estrangeiro, obtendo as matérias-primas e ferramentas que os países estrangeiros podem fornecer mais barato e melhor do que o país de origem"*[31]. Mas a advertência contra a intervenção das energias nacionais nos problemas económicos, que Weber apresenta como introdução às ideias que acaba de referir, é ainda mais específica*: "A forma como a reflexão imparcial do político sobre os contextos económicos e sociais pode ser enfraquecida e impossibilitada pelo ódio nacional, e quão grandes são os danos económicos e sociais*

[31] [N.A]: Adolf Weber, Op.Cit, p.97

daí resultantes, é demonstrada com uma clareza assustadora pelas consultas que deveriam conduzir à paz após a Guerra Mundial e pela forma como o tratado de paz de Versalhes, em particular, se esforçou por ser implementado. Por outro lado, a compreensão voluntária das preferências estrangeiras é por vezes bastante vantajosa do ponto de vista econômico. Nada menos que Dubois-Reymond disse sobre o sentimento nacional num discurso que proferiu na Academia de Ciências de Berlim em 1878: "Os alemães têm sido acusados de serem demasiado modestos em comparação com outros povos, mas é precisamente nesta modéstia que reside a sua superioridade em muitas direcções. Precisamente porque reconheceram facilmente as vantagens das outras nações, conseguiram, nalguns casos, adquirir as vantagens que lhes foram negadas pela natureza através de um trabalho consciencioso. É por isso que, como uma ávida colónia de abelhas, recolhem o mel dos campos floridos do espírito humano em todos os tempos e de todos os povos"[32]. Temos de admitir que é um empreendimento muito curioso apresentar a vinha Dubois-Reymond e, em particular, o Tratado de Paz de Versalhes ao povo alemão e à sua juventude académica como prova da correção do liberalismo económico. O Tratado de Paz de Versalhes, em particular, desafia o nosso povo a opor a injusta vontade de violência dos nossos inimigos à vontade alemã de defesa e de poder, também no domínio econômico. O nosso povo não pode lutar contra as injustiças do Ditame de Versalhes, sobretudo no domínio econômico, com o lema liberal do laissez-faire (em alemão: deixem tudo correr como

[32][N.A]: Ver Adolf Weber, Op.Cit, p. 96/97.

quiserem)! E nós, alemães, devemos fazê-lo, porque o francês Dubois Reymond pensa assim e Adolf Weber concorda com ele por razões doutrinárias, em nome da bela teoria liberal *"[...] dos campos floridos do espírito humano em todos os tempos e entre todos os povos colheram o "mel" ??!!!!* Como nacional-socialistas alemães, protestamos contra uma tal doutrina, que se baseia num erro histórico. Mas também se pode ver no texto acima o quanto Adolf Weber se esforça por eliminar as energias nacionais dos povos das suas considerações econômicas. Ele regressa repetidamente à sua economia liberal com o seu princípio económico especial ou a sua ordem econômica especial, que contrasta com a ordem estatal.

2. A mesma tendência por parte de Adolf Weber pode ser vista nos seguintes exemplos: primeiro cita uma afirmação de Harms segundo a qual a economia dos povos unidos no Estado *"será sempre um todo, que, em nome deste todo, não só se afirmou, mas também se afirmou poderosamente, apesar da inimaginável densidade das relações econômicas",* para logo a seguir continuar em absoluta contradição com o sentido desta citação: *"Mas, mesmo assim, as fronteiras do Estado são apenas uma fina divisória, mais ou menos bem guardada por portas, no grande edifício a que chamamos economia nacional"*[33]. Também aqui, após o grande passo em frente no conhecimento (citação de Harms), três passos atrás, outro regresso óbvio a essa economia mundial, ao liberalismo económico!

[33] [N.A]: Adolf Weber, Op.Cit. p.134/135

3.Mais um exemplo do pensamento teórico-económico abstrato de Adolf Weber (e dos representantes do liberalismo moderno em geral), avesso a qualquer observação real da realidade, um exemplo que talvez seja de particular interesse porque mostra também o confronto de princípio de Weber com o chamado imperialismo[34]: *Se o Estado procura alargar a sua esfera de poder para além das fronteiras da sua pátria, falamos de imperialismo [...] É verdade, porém, que quando a economia é apoiada por um Estado forte, a sua política pode ser posta ao serviço da aquisição de matérias-primas (por exemplo, através da aquisição de colônias), ou ajuda a expandir artificialmente o mercado nacional através da concessão de prémios à exportação, ou abre caminho ao investimento de capital nacional por meios políticos." Mas, continua Weber logo a seguir, negando assim tudo o que foi dito antes e regressando ao mundo das ideias da Weltvolkswirtschaftslehre[35] e do liberalismo económico: é... Não se deve esquecer que o imperialismo deve aparecer sob a forma de militarismo; favorecer o desenvolvimento de certos ramos da indústria (indústria de armamento, indústria pesada) é a consequência. Todo o conteúdo deste livro[36] mostrará que as esperanças econômicas depositadas numa tal política imperialista assentam regularmente num erro".*

[34] [N.A]: Ver, a este respeito, A. Weber op. cit. p. 135,
[35] [N.T]: Doutrina econômica mundial.
[36] [N.A]: Weber está a referir-se à sua obra abrangente "Allgemeine Volkswirtschaftslehre" (Economia Geral), que criticamos aqui.

Weber rejeita, assim, o imperialismo; chega mesmo a pintar o militarismo como uma consequência do imperialismo e, portanto, a eventual possibilidade de guerra como um espectro na parede, recordando mesmo - provavelmente para criar uma certa aversão psicológica ao imperialismo - o aspecto certamente muito desagradável dos antigos especuladores de guerra. No entanto, a definição weberiana de imperialismo dada na primeira frase da citação acima já é incorreta ou unilateral.

O imperialismo não é, de fato, mais do que uma vontade de poder, ou seja, a vontade de poder. Esta vontade de poder pode emanar de diferentes centros de energia sociológica, seja dos povos organizados pelo Estado, do marxismo internacionalista, da alta finança judaica unida do mundo, etc. Nem todas as expressões da vontade de poder podem ser consideradas imorais e, portanto, condenáveis; a vontade de poder que um povo organizado em Estado exprime para criar o espaço vital necessário à sua existência física, por exemplo, deve ser considerada absolutamente moral e aprovada em termos económicos. É a expressão do instinto natural de vida de um povo. No entanto, o povo alemão encontra-se exatamente nesta situação. Se quiser assegurar a sua existência econômica a longo prazo, tem absolutamente de voltar a este tipo de política imperialista; esta vontade de poder tem de ser reintroduzida no povo alemão, nem que seja por uma necessidade puramente econômica. O nosso povo deve, por exemplo, para além de uma política de autossuficiência (apoiada por uma forte vontade de poder),

prosseguir urgentemente uma política espacial imperialista. No entanto, esta vontade imperialista parece não só vital para o nosso povo, mas também moralmente justificada, precisamente porque é vital. Por conseguinte, é inaceitável querer cortar pela raiz qualquer impulso imperialista de um povo, e especialmente do nosso povo alemão, no seu primeiro despertar espiritual. Toda a literatura que se coloca ao serviço de tais tentativas de opressão não serve verdadeiramente os interesses do nosso povo. E se um livro de economia, como o de Adolf Weber (que, impresso em alemão, se destina principalmente a instruir os nossos concidadãos e a nossa juventude académica), serve, através de todo o seu conteúdo de ideias e, de acordo com a declaração do próprio autor, para provar, de uma forma geral, que todas as esperanças colocadas numa política imperialista são regularmente baseadas em erros, então deve ser absolutamente rejeitado pelo lado nacional-socialista. Aqui, um académico está certamente a permitir inconscientemente que os interesses do nosso povo passem para segundo plano, a fim de salvar a sua teoria da economia mundial e do imperialismo económico.

No entanto, é estranho que Adolf Weber, bem como os representantes deste liberalismo económico em geral, tenham acabado por lutar apenas contra o imperialismo nacional no sentido acima indicado, ao mesmo tempo que prestavam homenagem irrestrita a uma outra variedade de imperialismo: nomeadamente, o imperialismo global do capital financeiro. O fato de a ânsia de poder deste último ser também uma variedade de imperialismo, e prejudicial para os povos ligados

ao Estado, não parece ocorrer aos representantes desta escola de pensamento liberal; Prestam homenagem a este capital financeiro, como já foi indicado acima e como será explicado mais tarde, mas não se apercebem de que estão assim a prestar homenagem a um centro de poder internacional ávido de poder - não vêem que o imperialismo a combater existe aqui, mas apenas se opõem à vontade dos povos ligados ao Estado de se defenderem e manterem as suas vidas na esfera econômica, que caracterizam como imperialismo e depois rejeitam como tal.

No entanto, há um ponto que deve ser mencionado aqui no final: o fato de Adolf Weber tomar posição sobre o problema do significado económico da energia nacional dos povos vinculados ao Estado na obra que estamos a discutir, ou seja, no âmbito da teoria e dos princípios económicos, embora num sentido que consideramos completamente inadequado, merece reconhecimento. Compare-se, por exemplo, a *Theoretische Sozialökonomie* de Gustav Cassel e os escritos de quase todos os autores da escola liberalista de teoria econômica: quase todos eles simplesmente ignoram os problemas que levantámos. Assim, a eliminação da já referida energia étnico-nacional dos povos das considerações teóricas econômicas fundamentais é feita simplesmente através do silêncio. Desta forma, a base da teoria liberal-internacionalista para a doutrina do corpo económico mundial com o fenômeno do preço como fenômeno central é preparada muito mais facilmente.

Seção Cinco:

A negação da propriedade da energia especial de desempenho (energia de gestão) do empreendedorismo criativo como um fator de produção elementar especial pela atual teoria marxista-liberalista.

Um dos resultados mais curiosos de toda a investigação econômica liberal moderna é provavelmente a sua teorização sobre o empresário (criativo) e o lucro empresarial. Seria de esperar que uma visão liberal da economia colocasse a maior ênfase no espírito empresarial. No entanto, a investigação crítica mostra que o liberalismo degenerado e erudito de hoje não sabe absolutamente nada sobre o grande fenômeno do empreendedorismo criativo, da energia empresarial criativa; de fato, no seu pensamento científico e sistemático, nega esta energia empresarial criativa como energia do trabalho. Por outro lado, na estrutura lógica e sistemática da sua visão econômica, este liberalismo moderno atribui a maior produtividade econômica aos capitalistas financeiros, ou seja, ao empreendedorismo aquisitivo, como mostraremos na seção seguinte deste artigo.

É claro que não podemos apresentar aqui uma história e uma crítica das anteriores teorias liberalistas do lucro empresarial, pois isso ultrapassa o âmbito deste pequeno artigo. Em vez disso, acreditamos que uma discussão pormenorizada da teoria da quase-renda (Marshall) em particular, que é sem dúvida a doutrina predominante hoje em dia, nos deve dar

uma ampla oportunidade de expor as nossas principais preocupações e objecções econômicas, teóricas e económico-sociológicas, que discutiremos em primeiro lugar, Gostaríamos de começar por discutir as nossas primeiras preocupações e objecções económico-teóricas e económico-sociológicas às ideias até agora avançadas neste contexto (afinal, as várias teorias do lucro empresarial são ideias baseadas exclusivamente num certo fundamento geral, o último dos quais tem sido geralmente considerado como indiscutivelmente correto e que nos parece muito vulnerável).

A doutrina das quase-rendas (lucro empresarial) encontra-se, na sua forma mais curta e concisa, na Economia Geral de Adolf Weber[37] . Aí se diz[38]: *"As economias individuais que se esforçam por abastecer o mercado com as quantidades necessárias de bens procurarão assegurar os meios de produção que garantam o maior rendimento, quer se trate de mão de obra, maquinaria ou terra. Na realidade, porém, trabalham lado a lado meios de produção de qualidade muito diferentes. Se o preço é agora determinado pela produção que se realiza nas condições menos favoráveis, mas que é, no entanto, necessária para satisfazer a procura total, os proprietários dos melhores meios de produção recebem um lucro adicional para além dos custos de produção, a que chamamos "renda". Se estas são vantagens naturais da produção, não podem desaparecer em circunstâncias constantes, mesmo que imaginemos que o mercado é tão*

[37] [N.A]: Ver Adolf Weber, Allgemeine Volkswirtschaftslehre, Munique e Leipzig 1929, § 25, p. 282 e especialmente p. 290 e seguintes.
[38] [N.A]: Ver Adolf Weber, op. cit. p. 282

alargado no tempo. Mas, como a terra é o único ou quase único poder natural de que uma certa classe de homens se pode apropriar com exclusão de todos os outros, e ao qual pode, portanto, fazer valer (J.B. Say.), esta renda foi abreviada para renda fundiária, em consideração ao elemento latente, de longe o mais importante, em que a sua origem assenta. Se, por outro lado, se tratar apenas de uma combinação moderada de trabalho e capital, o lucro adicional obtido na livre concorrência será apenas um fenômeno temporário. De acordo com o método Marshall, este tipo de rendimento é designado por quase-rendimento. Em ambos os casos, o rendimento é a diferença entre os produtos obtidos através da utilização de duas quantidades iguais de trabalho e de capital. O rendimento de base é uma consequência do preço de equilíbrio atingido, o quase-rendimento é uma consequência do fato de o preço de equilíbrio correspondente às condições de produção dadas ainda não ter sido atingido".

Adolf Weber caracteriza mais pormenorizadamente esta quase-pensão do seguinte modo[39]: *"A introdução inicial de melhores meios de produção e de métodos de trabalho é, portanto, quase uma promessa de rendimento. Cabe ao empresário esforçar-se para atingir este objetivo. Ao procurar formas de gerar rendas, ele pode aumentar significativamente o seu lucro empresarial, para além do salário de empresário e do prémio de risco. No entanto, o lucro adicional obtido desta forma será, mais cedo ou mais tarde, corroído pela*

[39] [N.A]: Ver Adolf Weber op. cit. p. 291.

concorrência. Mais uma razão para que o empresário continue a atuar como "pioneiro". A importância econômica das pensões é evidente: São a recompensa prometida por se aproveitar e utilizar ativamente as melhores oportunidades de desenvolvimento da economia nacional (Mans-Gold). Ao servirem de aliciante para lutar com as próprias forças produtivas pelos lucros adicionais de outros, tendem em grande parte a destruir-se a si próprias, apenas para reaparecerem uma e outra vez [...]".

Por estas razões, o lucro do empresário, na medida em que não coincide com o salário do empresário e o prémio de risco, deve ser uma espécie de quase-lucro.

Acrescente-se que Adolf Weber concorda com a opinião de Ammon de que *"o lucro empresarial não pode surgir ou existir numa economia completamente estática, com uma concorrência completamente livre e uma distribuição igual do capital ou uma credibilidade igual"*, sem qualquer qualificação[40].

Dada a aceitação quase universal que a teoria tem recebido, e especialmente dada a importância particular que lhe deve ser atribuída e as críticas que lhe serão feitas neste documento, pode parecer compreensível que queiramos deixar pelo menos um dos seus mais respeitados defensores principais falar por si próprio.

[40] [N.A]: Ver Adolf Weber, op. cit. p. 293.

Passando à crítica da teoria do lucro empresarial acima referida, gostaríamos de começar por dizer, em termos gerais, que consideramos completamente errada toda a ideia que lhe está subjacente, bem como a posição paralela com a renda de base. Outros teóricos também tentaram este tipo de paralelismo, com o objetivo de provar uma certa semelhança essencial entre os dois rendimentos. Em nossa opinião, a natureza econômica das duas rendas é tão diferente que tais tentativas estão sempre condenadas ao fracasso desde o início.

Como já vimos, o lucro do empresário é designado por "quase-rendas", ou seja, uma falsa renda em contraste com a renda de base (renda real), porque reverte a favor do "beneficiário da renda" (o empresário) apenas temporariamente, nomeadamente até ser atingido o preço estático permanente correspondente às condições de produção. Como se pode ver na citação acima, um certo excedente de custos é considerado a causa dos dois tipos de rendas.

Em primeiro lugar, o lucro empresarial não se baseia, na realidade, num excedente de custos e, em segundo lugar, a afirmação do chamado "caráter temporário deste lucro" é um logro, na medida em que não completa, como se crê, a análise final do fenômeno do lucro empresarial; a afirmação não passa, de fato, de uma descrição improvisada dos sintomas superficiais deste fenômeno.

No que diz respeito ao primeiro ponto, a ideia de que as quase-rendas resultam da diferença entre os custos reais de produção (trabalho e capital) e o preço obtido baseia-se num erro, na medida em que um elemento importante dos custos de produção não foi incluído no cálculo; esta forma anterior de calcular os custos pode talvez ser suficiente de um ponto de vista económico puramente privado, mas nunca poderá corresponder à especulação econômica geral: No âmbito desta última, a atividade empresarial pura deve ser incluída como uma despesa. Um dispêndio de energia, que é de uma importância tão extraordinária que se pode dizer, com razão, que engloba a vontade e a ação de uma nova combinação econômica dos meios de produção existentes, não pode ser ignorado aqui, porque é, em nossa opinião, indiscutível que essa energia deve ser considerada como um fator elementar de produção; como tal, deve necessariamente ser remunerada por aqueles que a colocam à disposição da produção como um bem escasso. A atividade empresarial encontra o seu equivalente econômico no lucro empresarial contido no preço total de um bem acabado. O locador deve reverter para o empresário individual enquanto este for capaz de exercer a referida atividade, e corresponde à diferença entre o preço de venda e as despesas, sem calcular a remuneração da própria atividade empresarial. Desta forma, porém, apenas cada bem acabado recebe um preço que corresponde aos seus custos de produção, como corretamente ensina Cassel[41]. Por conseguinte, não se pode falar de "anuidade". À medida que esta energia ou atividade empresarial diminui, o lucro

[41] [N.A]: Cf. Cassel loc. cit. § 12 p. 77

correspondente diminui cada vez mais até desaparecer. Mas em cada etapa deste processo mais ou menos rápido, o preço do produto acabado corresponde aos seus custos; nunca há anuidade. E este preço do produto acabado corresponde sempre, em princípio, ao preço estático permanente (porque é sempre determinado pelos custos dos fatores naturais de produção que lhe estão virtualmente incorporados); por conseguinte, nunca se pode pôr a questão de o lucro do empresário só ser possível enquanto não for atingido o *"preço estático permanente correspondente às condições de produção dadas"*. Como já disse, este último é sempre dado em princípio.

A referência de Adolf Weber aos efeitos da livre concorrência também é irrelevante. É possível que os lucros das empresas em grande escala incentivem outros produtores a produzir o mesmo produto. Ao aumentar a quantidade produzida, o preço do produto acabado desce naturalmente. Mas será este fenómeno económico geral contrário à nossa teoria da dedução ou mesmo favorável à teoria da renda? Pensamos que se trata de um fenômeno completamente neutro para a questão da justificação do lucro empresarial; se outros empresários, mesmo que apenas por instigação do primeiro empresário, produzem mais devido ao aumento da atividade empresarial, também recebem lucro empresarial; mas se esta atividade empresarial num determinado ramo de produção se expande cada vez mais, o preço pode e deve baixar cada vez mais, porque o preço do fator de produção energia empresarial neste quadro baixou cada vez mais devido à grande oferta.

Pensamos que a observação de Ammon, acima citada, que é apoiada por Adolf Weber (e que dizia que numa economia completamente estática, com uma concorrência completamente livre e uma distribuição igual do capital, o lucro empresarial é impensável), é infrutífera, mas se for utilizada para apoiar esta quase renda, é uma falácia perigosa! Numa economia estática, como a que Ammon aparentemente tem em mente, não há obviamente lucro empresarial, porque não há graus de capacidade ou energia empresarial que diferenciam as pessoas umas das outras em termos económicos. energia; Mas desta comparação com um conceito tão morto (que já está morto porque sem diferenciação intelectual, especialmente no que diz respeito à capacidade econômica dos indivíduos humanos entre si, uma entidade a ser abordada como uma economia nacional e, portanto, nem mesmo uma economia estática morta no sentido de Ammon poderia surgir desde o início), nenhuma conclusão pode ser tirada sobre a realidade viva da economia dinâmica, porque esta última contém o fator elementar de produção, a "energia empresarial pessoal-individual", que elevou a humanidade a alturas econômicas e sem a qual nunca poderá existir, e exige justamente a sua recompensa em lucro empresarial.

Considerar este lucro como um rendimento (mesmo que temporário) só pode basear-se numa total falta de reconhecimento da importância da atividade empresarial. Nas suas últimas consequências, uma tal doutrina conduz a uma espécie de despersonalização literária do empresário e dos meios, certamente não intencional por parte do autor, mas que,

no entanto, abre caminho à visão econômica puramente marxista-socialista.

Pelas razões acima mencionadas, tendemos a acreditar que a teoria do quase-rendimento não corresponde à realidade da vida atual pelas razões apresentadas até agora; ignora completamente a verdadeira causa do lucro empresarial, ou seja, a atividade empresarial no seu verdadeiro sentido.

Vemos um erro de particular importância na segunda falha da teoria da quase-rendas que criticamos acima. Recordamos as nossas observações sobre este ponto: em nossa opinião, a afirmação contida na teoria do quase-lucro do chamado caráter "temporário" deste lucro é um logro, na medida em que não conclui, como acreditam os defensores e apoiantes desta teoria, a análise final do fenômeno do lucro empresarial; na verdade, é apenas uma descrição dos sintomas superficiais do fenômeno mencionado, uma descrição a que só pode ser atribuído um significado muito limitado de um ponto de vista econômico-científico.

Como introdução à nossa crítica a este respeito, gostaríamos de fazer uma caraterização geral da teoria das quase-rendas de um ponto de vista particular: É certo que o lucro empresarial individual (ou seja, o lucro empresarial de um determinado empresário individual) tem um caráter temporário; de fato, é um dado adquirido! Mas atenção: este registo factual, indiscutivelmente correto, constitui o único conteúdo positivo da teoria dominante das quase-rendas! Este critério

"temporário" tem por objetivo distinguir apenas o lucro empresarial do rendimento de base; daí o nome e o conteúdo da teoria do "quase-rendimento". Nas entrelinhas desta teoria, só se pode ler uma negação mais ou menos velada: não existe uma produção pessoal específica de energia econômica que gere este "rendimento". Se não quisermos supor um milagre sobrenatural que crie esta pensão, seremos tentados a procurar a causa de alguma forma na máquina econômica global. A própria teoria é omissa ou, quando muito, se quisermos reconhecer isto como uma afirmação, diz oracularmente: a causa é uma diferença de preços ou de custos. No entanto, a energia empresarial que desencadeia essa diferença não é reconhecida; caso contrário, não estaríamos a falar de rendas! ou de rendas!

Para além do fato de o lucro do empresário não ser, como os defensores da teoria da quase-rendas peculiarmente assumem, uma "renda", mas uma "remuneração" por um serviço de força de trabalho altamente qualificado (e um fator de produção original) de um tipo muito especial colocado à disposição da produção, todo o problema do muito contestado fenômeno do lucro empresarial parece centrar-se precisamente no outro aspecto enunciado pela teoria da quase-rendas, nomeadamente o critério do caráter temporalmente anterior deste lucro. De acordo com a teoria da quase-rendas, poder-se-ia supor que o lucro empresarial de um empresário é completamente independente do de outros empresários, a menos que sejam concorrentes num determinado domínio de produção. A duração do lucro parece, pois, depender do acaso, que o

primeiro empresário tenha de enfrentar esses concorrentes a mais ou menos longo prazo. De um ponto de vista anatómico-individualista, no qual se baseia obviamente a teoria quase-empresarial, este resultado é certamente muito correto.

No entanto, há que perguntar se este ponto de vista pode, em última análise, ter autoridade. Respondemos negativamente a esta questão. É verdade que o resultado acima mencionado é, por assim dizer, uma estação que o investigador deve passar no seu caminho para o objetivo; no entanto, não deve acreditar que esta estação é já o objetivo final. Precisamente a observação de uma dita "coincidência", que determina a duração do ganho do empresário e lhe confere o seu caráter"temporário", que não pode ser determinado mais detalhadamente, indica claramente que ainda se escondem aqui problemas por resolver; uma investigação precisa não pode explicar com o termo "coincidência" os acontecimentos da vida real e o mundo real das aparências. No entanto, uma vez que o ponto de vista idealista atomístico-individualista acima mencionado não permite qualquer outra explicação possível, ele próprio indica que não pode ser decisivo para o julgamento final dos fenômenos em questão. Não nos dá a possibilidade de reconhecer certos vasos que regem esses fenômenos supostamente coincidentes e, em particular, a sua duração, pelo menos em termos gerais.

Evidentemente, gostaríamos de o sublinhar desde já para evitar mal-entendidos, a investigação econômica destinada a

determinar a lei que rege esta coincidência não pode nunca preocupar-se em investigar durante quanto tempo este ou aquele empresário individual está destinado a obter lucros. Seria um esforço ilusório. Não se trata de resolver o problema da duração em termos individuais e não em termos gerais; e isto em duas outras direções: (1) existe alguma garantia de que, do grande número de lucros empresariais individuais, pelo menos um certo número ou mesmo uma grande maioria deles (seja em termos do montante total do lucro ou apenas de uma certa parte dele) pode ser esperado para ser caracterizado por uma certa duração mais longa? (2) É concebível que estes lucros empresariais individuais, que podem durar um período de tempo mais longo, formem um certo valor de lucro mínimo geral no âmbito de um valor de lucro principal geral que compreende a soma de todos os lucros empresariais de toda a economia, que, como tal, não está exposto às constantes flutuações do valor do lucro principal[42] e que, além disso, é de duração eterna na sua existência geral, na medida em que novos lucros semelhantes entram igualmente com a eliminação dos lucros individuais de longo prazo? Em nossa opinião, só uma investigação neste sentido permite conhecer a natureza econômica interna do lucro empresarial; só ela alarga a visão individualista do lucro empresarial a uma visão econômica geral, e só ela permite conhecer o que deve ser considerado como um pré-requisito para uma investigação mais aprofundada sobre a natureza e as causas do verdadeiro fenômeno do lucro principal. No entanto, do ponto de vista anatomo-individualista, como já dissemos, um tal

[42] [N.A]: No máximo, essas flutuações são de natureza menor e têm uma duração periódica muito longa, pelo que podem ser dispensadas tanto prática como teoricamente.

aprofundamento da compreensão da natureza econômica do lucro empresarial nunca poderá ser alcançado. Apenas fornece elementos suficientes para uma investigação mais económico-científica[43].

No entanto, não queremos abordar aqui este problema a longo prazo[44].

Mas uma outra crítica, que em nossa opinião é ainda mais importante no seu alcance, deve ser feita à já referida teoria do lucro de subscrição, a teoria das quase-rendas. Já acima procuramos chamar a atenção para a contradição que, em nossa opinião, reside no fato de, por um lado, não se hesitar em considerar o fenômeno básico de todo o sistema econômico individualista-capitalista tão louvado pela doutrina liberalista, o lucro do empresário, como um quase-lucro[45] e, por outro lado, ao ver a justificação do sistema capitalista na

[43] [N.A]: Poder-se-ia argumentar que já não se trata de problemas da teoria do lucro empresarial, mas da teoria do ciclo económico; não ter considerado estes problemas em mais pormenor não pode, portanto, ser considerado contra uma teoria pura do lucro empresarial; a sua não observância deve, portanto, permanecer fora da crítica de uma teoria do lucro empresarial. No entanto, esta objeção, por muito convincente que possa parecer à primeira vista, baseia-se num erro. De um ponto de vista económico (por oposição a um ponto de vista de gestão empresarial! Dois pontos de vista cuja clara distinção não deve de modo algum ser ignorada, a situação é tal que estamos perante uma investigação económico-estrutural e não conjuntural do fenômeno do lucro das empresas. No entanto, o esclarecimento desta questão estrutural é absolutamente a tarefa da teoria do lucro empresarial; de fato, constitui a própria essência da investigação neste domínio. Especialmente se for possível responder afirmativamente a ambas as questões levantadas na citação acima, este resultado da investigação atesta até que ponto é de que forma o lucro das empresas faz parte da estrutura global da economia nacional, mesmo que esteja sujeito a ciclos económicos em certa medida, tanto a nível individual como geral, o que é indiretamente determinado por este resultado possivelmente afirmativo. É tarefa da investigação da teoria dos ciclos económicos investigar o segredo e o problema desta última. Há que ter especial cuidado para não alargar demasiado o âmbito conceitual dos fenômenos cíclicos, caso contrário corre-se o risco de absorver o âmbito conceitual dos fenômenos estruturais.

[44] [N.A]: Num artigo científico, devemos abster-nos de apresentar uma nova teoria positiva do problema da duração; quisemos apenas, muito brevemente, apontar o erro da teoria quafirente com as nossas observações acima.

[45] [N.A]: Isto é, como um rendimento obtido sem trabalho e cuja duração depende apenas do acaso, ou seja, que flui sem esforço para o empresário.

sua eficiência produtiva, que é considerada a mais eficiente precisamente porque alegadamente garante o âmbito mais livre para a atividade econômica individual, ou melhor, porque é precisamente este sistema que é considerado o mais eficiente. precisamente porque este sistema, em particular, permite o pleno desenvolvimento da energia empresarial. De acordo com Adolf Weber, cabe ao empresário procurar oportunidades de reforma e, ao fazê-lo, confiar em Marshall; elas são uma recompensa e um chamariz para o maior desenvolvimento possível precisamente desta intuição; isto serviria também a economia como um todo e o seu "desenvolvimento posterior"[46]. Pensamos que a realidade das coisas está a ser grosseiramente mal avaliada. Mesmo a panorâmica muito geral que se segue deveria suscitar dúvidas sobre este ponto de vista:

Se a situação fosse realmente assim, os empresários criativos não seriam mais do que soldados da fortuna, aventureiros e especuladores; só como tal seriam os senhores da situação, mas cada indivíduo apenas enquanto o "acaso" lhe fosse favorável, ou seja, enquanto outro especulador não estivesse a disputar o seu saque. Será que acreditamos mesmo que esta especulação completamente inútil e sem objetivo do ponto de vista do todo e a procura de rendas temporais por parte de tais personalidades significam, em última análise, um "sistema" económico insuperável em termos de produtividade econômica? Segundo esta visão, a economia não passaria de

[46] [N.A]: Ver Adolf Weber, Allgemeine Volkswirtschaftslehre. 2.ª ed. p. 291, 292.

uma grande sala de jogo e os empresários seriam os jogadores, enquanto todos os outros seriam os "sofredores".

É verdade que, ao fundar ou expandir novas empresas, os empresários procuram algo, mas não rendas temporais, e sim serviços através dos quais as necessidades (manifestas ou ainda latentes) possam ser satisfeitas. Por muito que seja verdade que a vontade egoísta de ganhar é a força motriz por detrás disto é que, de acordo com o princípio económico geral, esta vontade deve ser trocada pela maior recompensa possível em troca do menor desempenho possível, a vontade é, no entanto, ganhar dinheiro em troca de desempenho. A realização empresarial típica consiste precisamente em encontrar um emprego ou serviço através do qual as necessidades dos outros possam ser satisfeitas em troca do maior rendimento pessoal possível e, além disso, pôr em prática a oportunidade de serviço e rendimento recentemente reconhecida. Esta atividade do empresário significa um esforço a que gostaríamos de chamar "invenção econômica"; é uma solução consciente para um problema.

Olhai à vossa volta, na vida prática, e segui a história do desenvolvimento das empresas estabelecidas; que trabalho, que cuidado e muitas vezes que fadiga custou ao empresário levá-las a bom termo! A maioria desses empreendimentos, e especialmente os maiores e os muito grandes, exigiram a energia de trabalho de uma vida humana inteira. Em nenhum lugar das figuras notáveis dos líderes económicos encontramos caçadores de fortuna e de rendas, por muito que

a "sorte" seja absolutamente necessária para o sucesso, como dizem os profissionais; isto porque, apesar dos cálculos mais cuidadosos e do trabalho mais árduo, os erros nas considerações comerciais nunca podem, evidentemente, ser excluídos. Não se pode negar que algumas pessoas subiram rapidamente ao topo, excepcionalmente favorecidas pela sorte, nem se pode negar que alguns herdeiros de grandes empresas, que não herdaram a perspicácia intelectual do empresário juntamente com a empresa, caíram na especulação selvagem. Mas não nos devemos deixar enganar por estes fenômenos, que são secundários em relação ao julgamento geral[47]. O lucro empresarial, como fenômeno básico da nossa vida econômica, não é um quase-lucro; a conceção de quase-lucro significa, em última análise, uma avaliação completamente errada da energia do trabalho empresarial que se baseia na capacidade intelectual individual, significa, de fato, uma negação de toda a energia empresarial individual e, portanto, também, em última consequência lógica, uma negação da ordem econômica capitalista-individual. Contra a negação total da energia de individualidade do empresário, tão fortemente enfatizada aqui e na qual a teoria das quase-rendas se baseia efetivamente, poderia ser objetado pelos defensores e apoiantes da teoria mencionada, pelo menos na medida em que não sejam socialistas marxistas, o que não é sem dúvida a maioria, que tal negação não corresponderia à tendência geral das suas obras, e ainda menos às suas outras afirmações, nomeadamente as que dizem respeito à personalidade do

[47] [N.A]: Ao discutirmos a questão em princípio, preocupamo-nos sobretudo com os principais empresários que fundaram ou expandiram empresas com sucesso porque, de um ponto de vista económico, são eles os verdadeiros portadores da dinâmica individual da economia nacional.

empresário. Isto pode ser verdade em si mesmo; há uma contradição interna nas obras e nos escritos dos autores aqui considerados, mas nunca prejudica o fato de esta negação ter sido feita no quadro da sua análise logicamente sistemática do lucro empresarial através da criação da teoria das quase-rendas. O círculo de teóricos científicos que levam a cabo esta negação nas suas considerações lógico-sistemáticas mais restritas sobre o lucro empresarial, em contradição com as suas outras afirmações gerais e, em particular, também com a tendência dos seus escritos, é incidentalmente muito maior do que se poderia inicialmente supor; poder-se-ia mesmo dizer que a tendência da literatura moderna é nesta direção. Este é certamente um momento muito curioso, mas é também claramente evidente nas obras das nossas primeiras autoridades. A razão está no fato de na estrutura lógico-sistemático-teórica dos vários cursos ou teorias não se entender a "individualidade". A razão está no fato de que na estrutura lógico-sistemática-teórica dos vários cursos ou teorias, nada se entende sobre a "individualidade", ela não se enquadra nos esquemas, pelo menos nos anteriores; estes últimos devem considerar cada indivíduo como uma partícula de massa da economia global para poder inseri-lo como economista nas engrenagens da economia global e obter então uma imagem teórica global uniforme desta economia global; isto elimina necessariamente o momento da individualidade, já não há individualidades, mas apenas indivíduos, isto é, partículas de massa. Esta visão esquemática é particularmente válida quando se trata de fenômenos tão intimamente ligados à energia da individualidade, como é o caso do lucro

empresarial; então, não resta nada à visão da partícula de massa ou à visão do indivíduo, uma vez que um indivíduo é igual a outro, senão explicar o lucro empresarial, na melhor das hipóteses, como um lucro de jogo dependente do acaso. A fraqueza da teoria econômica reside precisamente no fato de, de alguma forma, não fazer justiça ao problema da individualidade, que desempenha um papel importante na especulação filosófica desde há séculos e que uma teoria econômica que defende o sistema económico capitalista-individualista, em particular, não pode evitar. É simplesmente excluído da reflexão sistemática e contentamo-nos com observações gerais que fazem justiça à importância da personalidade coletiva.

Para uma explicação mais detalhada e para provar essas afirmações, escolhemos, da vasta literatura econômica - temos obviamente de nos limitar a alguns exemplos -, os escritos de três autores e académicos que alcançaram uma reputação particularmente elevada no mundo científico e que devem, sem dúvida, ser considerados os principais representantes das doutrinas divergentes da época: Adolf Weber, J. Schumpeter e Gustav Cassel. De algumas das citações ou reproduções indiretas retiradas dos escritos dos autores que acabámos de referir, deverá ser fácil reconhecer, após um exame crítico mais atento e apesar de toda a arte dialética de apresentação, a caraterística uniforme acima referida: por um lado, o reconhecimento da importância e singularidade da personalidade empresarial (criativa) em afirmações gerais, por outro lado, a sua completa negação na estrutura

lógico-sistemática do respectivo sistema ou teoria do lucro empresarial.

a) Para começar a dar a palavra a um representante da teoria da quase-rendas, citaremos em primeiro lugar os escritos de Adolf Weber. Na sua conhecida obra, Allgemeine Volkswirtschaftslehre, II Auflage, na página 193 e seguintes, ele faz uma descrição geral detalhada da grande importância da personalidade empresarial para a economia moderna e tenta explicar os vários ramos de atividade de um tal líder económico; de fato, ele vai ao ponto de reconhecer os motivos da atividade empresarial mais detalhadamente no seu significado para a economia nacional e finalmente chega à conclusão seguindo as explicações de Walter Rathenau a este respeito: *"Nós (empresários) servimos com paixão e amor; mas acho que posso dizer com autoanálise livre: Não é pelo ouro e pelo poder, não é diferente dos estadistas, soldados e investigadores. Tal como eles, amamos a responsabilidade, mas este amor e paixão é apenas pela causa [...]"*, o resultado é ver uma espécie de grandeza ética e moral sobre-humana e transcendental no empresário, ou pelo menos no maior ou no melhor líder empresarial, e olhar para ele como se fosse um segundo Zeus. Na nossa opinião, trata-se de um exagero doentio do elevado reconhecimento que é indubitavelmente devido ao espírito empresarial. Mas não é isso que vamos discutir. Mas perguntamos, e é isso que importa, como é que esse endeusamento do espírito empresarial é compatível com a sua atividade principal, tal como é descrita por Adolf Weber na mesma obra, apenas cerca de 100 páginas depois, na

página 292, ocasionalmente na análise logicamente sistemática do lucro empresarial e que, segundo ele, consiste apenas na "procura de rendas"! A personalidade empreendedora é, de fato, reduzida a um jogador e qualquer energia empreendedora individual é completamente negada, e é criada uma teoria uniforme de partículas de massa para a teoria da quase-rendas: cada pessoa só obtém o lucro empresarial especial se procurar valentemente as rendas, cuja duração depende de golpes de sorte, dependendo das circunstâncias; já não existe uma diferenciação mental de acordo com a capacidade comercial, apenas uma intuição gradualmente graduada!!! Poderia talvez argumentar que quanto mais o empresário se esforça por obter esta pensão e quanto mais avidamente se esforça por atingir este objetivo dos seus desejos, mais desenvolve as suas altas qualidades especiais e tenta fundar e expandir empresas, etc., provando assim a existência e a eficácia desta energia individual. Mas uma tal objeção não seria, em nossa opinião, mais do que a inversão dialética de toda a justificação da teoria do quase-rendimento agora defendida no seu sentido oposto, uma vez que a justificação fala de uma pensão a prazo, ou seja, a teoria do quase-rendimento baseia-se agora na ideia de rendimento "desempregado", de jogo e de sorte. Além disso, como salientamos no início desta seção, a psique do caçador de rendas e a do empresário são, em nossa opinião, tão fundamentalmente diferentes que não passaria de um artifício sofisticado ligar estes dois momentos da forma em questão. Não, a contradição nas várias afirmações de Adolf Weber, cremos, não pode ser ignorada, nem a negação completa da

energia da individualidade na estrutura lógico-sistemática da teoria da quase-entidade que afirmamos.

b) Esta divergência também se verifica em Schumpeter, cuja teoria do lucro empresarial será objeto de uma breve apreciação crítica como segundo autor escolhido. Por mais que Schumpeter, em particular, se esforce por fazer justiça às capacidades intelectuais peculiares do empresário e por reconhecer a sua importância, não consegue integrar esta energia individual na estrutura lógico-sistemática da sua teoria do lucro empresarial; de fato, como veremos em breve, nega-a completamente no quadro do seu sistema e da sua teoria, mesmo, quase se poderia dizer, contra a sua própria vontade. Assim, no quarto capítulo da sua conhecida obra, Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung, II. ed., intitulado: *Lucro empresarial ou mais-valia, uma análise cuidada deste capítulo encontra lado a lado duas teorias do lucro empresarial, uma que procura teorizar a capacidade empresarial típica, mas que é apenas rudimentarmente desenvolvida, e a outra oposta e completamente exposta*[48].

Na teoria rudimentar (Teoria n.º I), começa por enaltecer a importância da atividade empresarial e da energia empresarial em observações gerais e está disposto a reconhecer esta energia - e este é o momento característico da teoria L. - como fator de produção e, portanto, também como fator de preço:

[48] [N.T]: Em alemão no original: *Der Unternehmergewinn oder Mehrwert, bei sorgfältiger Prüfung dieses Kapitels zwei Unternehmergewinn Theorien nebeneinander, eine, die die typische Unternehmerfähigkeit theoretisch erfassen will, die aber nur rudimentär entwickelt ist und eine entgegengesetzte und vollkommen dargelegte.*

“No ciclo (da economia)" - todas as considerações de Schum peters se baseiam na ideia de ciclo; ele dá uma descrição detalhada disso no primeiro capítulo da obra supracitada - a receita total de uma empresa, além dos lucros de monopólio, é apenas grande o suficiente para cobrir os outputs listados[49]. Só há produtores que não têm lucros nem prejuízos e cujo rendimento é suficientemente caracterizado pela palavra-chave 'gestão'. Como pode o lucro de um empresário ser obtido, dado que uma diferença entre a receita e estas produções é inicialmente impensável, pergunta-se ele, e responde a esta questão dizendo que uma nova combinação de fatores de produção (trabalho e produção de terra!), que o empresário faz e que prevalece no desenvolvimento, é necessariamente mais vantajosa do que a antiga, de modo que na nova empresa, ou seja, na nova combinação, a receita total deve ser maior do que na economia estática, e, portanto, também maior do que as produções desta última[50].

---

[49] [N.A]: Ver Schumpeter, op. cit., p. 207: *"Por produção entendemos todas as despesas que a produção causa direta ou indiretamente ao empresário. Note-se que é necessário acrescentar um salário adequado para o trabalho efetivo do empresário, bem como uma renda fundiária adequada para qualquer terra que lhe pertença e, finalmente, um prémio de risco. Os juros também podem ser incluídos nestes custos. O trabalho deve ser entendido aqui como o trabalho técnico ou administrativo do próprio empresário na sua empresa, cuja remuneração a teoria econômica designa por to hn empresarial; este trabalho mais mecânico de um empresário - nestes casos, é provavelmente, na sua maioria, um trabalho menor - deve ser estritamente distinguido do trabalho do empresário resultante da livre iniciativa. O significado deste trabalho menos enérgico é aqui contestado de um ponto de vista científico; na nossa opinião, é compensado pelo lucro do empresário”.*

[50] [N.A]: Cf. Schumpeter, op. cit. p. 208 e seguintes, onde cita vários exemplos para explicar melhor, por exemplo, se alguém, numa economia em que a indústria têxtil produz apenas com trabalho manual, vê a possibilidade de criar uma empresa com teares mecânicos, sente dentro de si a força para ultrapassar todos os inúmeros obstáculos, etc. Se um trabalhador com um tear deste tipo é capaz de produzir seis vezes mais do que um tecelão manual, é óbvio que a nova empresa mecânica deve conseguir um excedente de custos, ou seja, uma diferença entre as receitas e a produção, tendo em conta alguns cálculos necessários, nomeadamente no que diz respeito aos custos dos teares. Para mais pormenores, remetemos para as explicações do próprio Schumpeter, op. cit. p. 208 e seguintes; no entanto, deve ser claro a partir do acima exposto o que se entende por maior vantagem da nova combinação.

Assim, é dado um lucro especial; para criar este lucro especial, chamado lucro empresarial, os principais sujeitos econômicos não dão mais do que a vontade e o ato de realizar uma nova combinação. Limitam-se a utilizar os meios de produção existentes (próprios ou emprestados) de uma forma diferente e mais adequada do que era geralmente o caso antes[51]. Este lucro é uma mais-valia que não é compensada por qualquer obrigação, ou seja, o lucro líquido ou excedente de custos[52] , no entanto, diz noutro lugar, contradizendo as suas observações (acabadas de reproduzir): *"A atividade empresarial dos gestores, que é uma condição necessária para a realização de uma nova combinação, pode ser entendida como um fator de produção"*[53]. No entanto, se esta última hipótese estiver correta, não há dúvida, em nossa opinião, que Schumpeter (de acordo com a teoria da atribuição que defendia) teve de recorrer a um novo fator de produção e já não pode haver qualquer dúvida sobre uma visão do lucro empresarial como um lucro líquido ou como um excedente de custos. No entanto, em vez de refletir sobre as consequências desta ideia, em vez de se agarrar à ideia da gestão econômica como fator elementar de produção e de a alargar no quadro de considerações teórico-econômicas, explica: *"Não costumo fazer isso porque estou mais interessado na justaposição do empresário e dos meios de produção. Mas aqui esta observação serve-me bem. Assim, por agora (apenas!), consideremos a função do líder como o*

[51] [N.A]: Cf. Schumpeter, op. cit. p. 212.
[52] [N.A]:Cf. Schumpeter, op. cit. p. 207 e 212,
[53] [N.A]: De acordo com a doutrina de Schumpeter, este é o terceiro meio de produção elementar, a par da natureza e do trabalho; ele repete esta afirmação interessante e importante, que faz na p. 224, p. 230.

terceiro fator de produção original".[54] Schumpeter pretende, em última análise, que o conceito de função de gestão como terceiro fator de produção original seja considerado apenas como uma construção auxiliar ou uma ficção; isto, naturalmente, também elimina um elemento de preço no cálculo do lucro líquido, de modo que permanece necessariamente um excedente de coeficiente; Schumpeter desenvolve então a sua segunda teoria nesta base. A primeira teoria permaneceu rudimentar; no entanto, reconheceu corretamente a energia empresarial e tentou mesmo interpretar corretamente a sua natureza numa perspetiva económica-teórica, mas não passou disso mesmo. É obviamente difícil incorporar a energia da individualidade pessoal, com a sua complicada e diferenciada eficácia, nas considerações teórico-econômicas, porque, acima de tudo, é necessário apresentar e incorporar novas considerações e reflexões sociológicas, bem como especulações[55] filosóficas, no quadro teórico-económico. Schumpeter ignora esta interessantíssima problemática, que está ligada ao conceito de energia empresarial como terceiro fator de produção em termos científicos e que deveria orientar o nosso pensamento teórico-económico em novas direcções, e dá-nos a seguinte (segunda) teoria, que nos ensina, em síntese, o seguinte: o lucro do empresário é um excedente de custos, o empresário limita-se a fazer um esforço fictício para o obter, nomeadamente a sua energia de gestão; o dirigente económico não dá, portanto, um fator de preço por iniciativa própria, pelo

[54] [N.A]: Cf. Schumpeter, op. cit. p.224.
[55] [N.A]: Isto porque o problema da individualidade tem a sua verdadeira casa na filosofia e na sociologia filosófica.

que, na realidade, não dá nada em termos económicos; nesta negação da liderança como fator elementar de produção está sobretudo a negação da energia do líder e, por conseguinte, de um ponto de vista lógico-sistemático, a negação da energia de individualidade do líder económico; ora, o líder económico, uma vez que existe de fato um efeito da sua pessoa, a saber, a "nova combinação", continua a ser apenas um especulador que não está interessado em mais nada senão em obter algum tipo de lucro com o jogo; ora, ele é novamente um caçador de rendas, um caçador de uma renda temporal. Isto representa novamente uma despersonalização no contexto da visão lógico-sistemática. Não há outra consequência lógica. O próprio Schumpeter corta o caminho para introduzir a individualidade na sua análise sistemática e no seu sistema, negando-a como fator de produção e, portanto, também como fator de preço. Schumpeter faz este sacrifício pelo seu sistema teórico-económico geral, que desenvolve nos primeiros capítulos da sua obra, já aqui várias vezes mencionado, e que se baseia na ideia fundamental da sua teoria do ciclo económico, que só pode ser mantida até certo ponto com a ajuda do dogma da existência de apenas dois fatores de produção (trabalho e produção de terra). Apesar disso, a crítica aqui deve dizer: A brecha (lógica) em toda a doutrina de Schumpeter é a sua teoria do lucro empresarial. De fato, é muito interessante que Schumpeter também se refira ao lucro empresarial como uma "quase-renda"[56] nos primeiros capítulos da sua obra, quando explica a sua teoria dogmática da economia circular, ao passo que não utiliza este termo

[56] [N.A]: Cf. Schumpeter, op. cit. p. 43,

técnico, que por si só caracteriza melhor a sua visão, no capítulo dedicado ao lucro empresarial.

O contraste questionável entre a ideia geral e a estrutura lógico-sistemática da teoria do lucro empresarial é também expresso de uma forma muito interessante e peculiar na principal obra teórica de Gustav Cassel, "Theoretische Sozialökonomie"[57]. No entanto, este aspecto será apenas mencionado no presente documento. Cassel também presta homenagem à atividade empresarial típica nas suas observações gerais a este respeito[58], mas, no contexto das considerações científico-sistemáticas relevantes, apenas aborda uma vez e muito brevemente a questão principal de saber se a energia empresarial criativa deve ser avaliada como um fator de produção elementar numa breve nota: *"A atividade empresarial pode, se quisermos, ser entendida como um fator de produção elementar especial, a par do trabalho no sentido habitual. A natureza especial dos fatores que determinam o salário do trabalho empresarial favorece esta distinção"*[59]. Como já referi, estas breves observações esgotam as explicações sistemáticas de Cassel sobre o problema em questão. As poucas palavras citadas não têm, obviamente, qualquer valor científico, mas, na melhor das hipóteses, exprimem uma suposição. Por esta razão, Cassel não se debruça sobre a natureza do fenômeno do lucro das empresas nas suas considerações sistemáticas.

[57] [N.A]: A seguir, citamos a 3ª edição desta obra.
[58] [N.A]: Cf. Cassel, op. cit. p. 152
[59] [N.A]: Cf. Cassel, op. cit. p. 155, nota 1.

Consideramos, portanto, que também Cassel, no que respeita ao desenvolvimento lógico-sistemático da sua teoria do lucro empresarial - e é precisamente isso que é importante -, negou a energia que aqui nos interessa, porque também existe uma negação no sentido científico quando, na análise de um problema como o que está em causa, se ignora completamente a sua essência mais profunda, ou seja, neste caso, o efeito real da energia empresarial e o problema da sua legitimidade econômico-sociológica.

Na negação científico-sistemática da energia de liderança dos empreendedores individuais criativos de um povo, tal como na negação da energia econômica criativa dos povos organizados pelo Estado como um fenômeno unificado, descrita na secção anterior, cremos que se pode ver o traço puramente marxista da teoria liberal moderna. Aqui surge o momento típico da visão marxista-socialista do mundo: tudo o que é humano é igual: à progresso Mesmo que este ou aquele teórico liberal individual tentasse defender-se desta observação e deste juízo, objetivamente, a teoria liberal moderna não podia, de fato, ter em conta as circunstâncias fatuais; na sua estrutura sistemática, não podia fazer justiça à energia econômica dos povos organizados pelo Estado ou à energia dos empreendedores individuais criativos. Mesmo que a vontade dos teóricos individuais pudesse ter sido completamente diferente, essa vontade, possivelmente orientada de forma diferente, não se refletiu certamente na atual doutrina liberal sistemática. Como poderia uma visão econômica como o liberalismo económico moderno, que

desde o início, como descrevemos acima (ver seção II), toma a população mundial em geral como seu objeto de conhecimento, falar a favor da energia de liderança, tanto no que diz respeito aos empresários individuais criativos como no que diz respeito à energia de povos individuais como um todo nacional?

Se negarmos a energia individual dos povos organizados nacionalmente como uma energia econômica especial, então já eliminamos o problema da individualidade e temos, como consequência absolutamente lógica, de eliminar também o problema da individualidade dirigida aos empresários criativos individuais. É assim que chegamos, quer queiramos quer não, a essa teoria pura da quantidade e da massa das partículas, tal como o liberalismo moderno a entende, e como já foi explicado em pormenor acima. Como outra consequência lógica disso, segue-se que só se pode negar as energias da individualidade em qualquer forma da sua fenomenalidade ou só se pode afirmá-las. No caso da negação, é-se um socialista marxista, mas é-se pelo menos consistente dentro da mentalidade puramente abstrata de uma consideração teórica; no caso da afirmação, porém, tende-se para a visão econômica nacional-socialista; por outras palavras, a energia da individualidade é afirmada tanto em relação aos empresários criativos como em relação à energia nacional dos povos individuais; no entanto, deve ser também possível explicar as funções desta energia, caso contrário, de um ponto de vista científico, continua a ser apenas uma questão de boa vontade, que não poderia ser seguida por um

raciocínio científico devido à falta de intuição. Mas uma afirmação meio a meio, por exemplo, como gostariam ou desejariam muitos teóricos do liberalismo, apenas em relação ao empresário, é verdadeiramente impossível. A moderna teoria econômica liberal, em particular, prova-o; é por isso que os teóricos a ela se referem acabaram, queiram ou não, no círculo das ideias puramente marxistas-socialistas..

Seção Seis:

O problema dos juros e do capital financeiro na moderna economia mundial marxista-liberalista.

Observação preliminar: *"**A escravidão dos juros** deve ser entendida como o endividamento com juros do Estado e do povo para com os poderes monetários supranacionais"*. E esta escravidão dos juros é, sobretudo no que diz respeito ao povo alemão, uma servidão consumada e excessiva. É por isso que o NSDAP incluiu no seu programa político a exigência de abolir a escravidão dos juros, uma novidade no programa dos partidos políticos modernos! Assim, o nacional-socialista Gottfried Feder ensina o povo alemão e oferece como prova da correção das suas afirmações no seu conhecido livro *"O Estado Alemão numa Base Nacional e Social"*[60] uma vasta quantidade de material retirado da vida real (isto é, a realidade prática da situação econômica e política na nossa pátria), que nenhum crítico conseguiu até agora refutar. Já não há qualquer dúvida sobre a correção das suas conclusões: a alta finança internacional e o judaísmo mundial que a domina são o senhorio, o explorador e o inimigo de todos os povos

[60] [N.T]: Título original em alemão: *Der Deutsche Staat auf Nationaler und Sozialer Grundlage: neue Wege in Staat, Finanz und Wirtschaft [novos caminhos no Estado, nas finanças e na economia]*, publicado pela editora *Deutschvölkische Verlagsbuch* em novembro de 1923. O livro de Gottfried Feder também foi traduzido para o português e para o inglês; para o português *"As Bases do Nacional-Socialismo"* publicado por volta do ano de 1933-1934 pela editora Star e tradução (seu tradutor até então é desconhecido) autorizada por Heinrich Von Wieser; e para o inglês *"The German State on a National and Socialist Foundation"* traduzido por Alexander Jacob e publicado pela editora *Black House Publishing, Limited* em 2016. A tradução brasileira do livro estava na biblioteca de personalidades famosas (politicamente falando) do Brasil, entre elas o integralista e escritor brasileiro Gustavo Dodt Barroso e também de personalidades menos conhecidas como o também integralista brasileira Oswaldo Gouvêa.

organizados em Estados e, hoje, especialmente do nosso povo alemão.

Neste livro, portanto, não pretendemos retomar a área problemática abordada por G. Feder em relação à sua doutrina da escravidão dos juros, mas sim analisar o fenômeno dos juros de um ponto de vista completamente diferente e com um objetivo completamente diferente. O objetivo último e mais elevado do nosso trabalho é, evidentemente, o mesmo que o de Feder: com este livro, esforçamo-nos também por servir o povo alemão e beneficiar a nossa pátria. Pois G. Feder aproveitou a oportunidade para mostrar ao povo alemão o seu verdadeiro opressor e explorador económico, sob a forma de alta finança liderada pelo judaísmo mundial, e deu ao nosso povo uma imagem muito vívida da atual situação política e, em particular, da atual situação econômica prática na nossa pátria. Pelo contrário, não olhamos para o problema das taxas de juro do ponto de vista da economia prática, isto é, não do ponto de vista de uma representação historicamente científica dos últimos tempos, mas do ponto de vista de uma teoria econômica nacional-socialista que, como teoria, reconhece este importante fenômeno básico da economia nacional, desligado da sua situação histórico-prática-econômica-política, do ponto de vista das leis básicas naturais e eternas da vida econômica nacional. A teoria econômica pergunta, portanto: qual é o significado fundamental do capital financeiro e dos rendimentos de juros que ele proporciona no quadro de uma economia nacional? Trata-se sobretudo de investigar se o capital que rende juros

deve ser valorizado como uma energia de produção elementar (fator de produção) (e tão indispensável quanto, em certa medida, independente) e, por conseguinte, se os juros devem também ser interpretados como o preço da utilização ou da cedência temporária desse fator de produção elementar, que só existe em escassez, como acontece com os salários, que são vistos como o preço da utilização do fator de produção elementar, também ele em escassez: o trabalho humano. Se a investigação afirmar a caraterística do capital financeiro em questão, então o rendimento dos juros aparece como o chamado rendimento original (em contraste com o rendimento derivado, como uma pensão de apoio concedida por um Estado ou por um único indivíduo a um terceiro). No entanto, isto também estabeleceria que o capital financeiro, enquanto fator de produção elementar de caráter internacional, seria indispensável para qualquer economia nacional (apesar de toda a criação de crédito estatal possível). Esta constatação teria evidentemente uma grande influência na formação da visão econômica global: uma economia de Estado nacional nunca seria então uma entidade nacional autônoma em matéria de energia, uma vez que (pelo menos) uma fonte de energia essencial, da qual deve depender, seria necessariamente de natureza político-internacional. Isto abriria naturalmente a porta a uma visão liberal da economia. Na melhor das hipóteses, a economia nacional poderia ser comparada a um grande navio, em si mesmo bastante navegável, mas que está amarrado por uma corda inquebrável e que, portanto, só teria liberdade de movimento enquanto a corda lhe desse espaço de manobra.

Se, por outro lado, a economia nacional dos povos organizada pelo Estado se baseia apenas em fontes de energia economicamente elementares que, pela sua natureza, são adequadas para serem apreendidas pela principal fonte de energia: a criatividade econômica nacional dos povos como tal: Se a criatividade econômica nacional dos povos enquanto tal, ou seja, se puder ser combinada numa atividade econômica-orgânica nacional unificada (sob a liderança da energia orientadora central), então a possibilidade, na verdade a necessidade absoluta de uma nova visão económica, nomeadamente a visão econômica nacional-socialista, é dada e justificada; tal visão econômica irá então também inaugurar lógica e necessariamente uma política econômica prática que, no desenvolvimento posterior das coisas, levará a uma solução da economia nacional da supremacia ou servidão da alta finança internacional. ou servidão da alta finança internacional.

A partir destas poucas indicações, deve ser bastante claro que a teoria econômica tem de analisar o problema colocado pelo capital financeiro internacional de um ponto de vista completamente diferente do da economia prática, cuja tarefa é, por exemplo, dar uma descrição histórico-científica da situação de uma dada economia nacional e da sua relação com o capital financeiro.

A teoria econômica nacional, ou teoria econômica nacional-socialista, visa naturalmente desenvolver uma visão

nacional-socialista da economia, baseada em princípios filosóficos e sóciológicos e, em particular, em especulações da teoria racial; neste sentido e neste quadro, esta ciência tem um significado programático. Por outro lado, a apresentação de propostas individuais de reforma prática de natureza político-econômica, destinadas a servir a realização desta visão econômica baseada em princípios, está fora do âmbito de qualquer consideração da ciência econômica; tais propostas pertencem ao campo da política, e a política é, em última análise, arte, a arte do Estado. Em nossa opinião, a economia, como muitos outros ramos da ciência - basta pensar na história - é apenas uma ciência auxiliar em relação à política, cujo conhecimento mais amplo possível é uma condição prévia para o exercício de uma boa governação.

A obra magistral de Gottfried Feder, vista na perspetiva deste trinômio de teoria econômica, economia prática (história) e política, é, portanto, antes de mais, uma obra histórica; visa mostrar ao povo alemão, num sentido histórico, o quanto este sofre efetivamente sob a servidão do capital financeiro internacional. No entanto, ao propor numerosas reformas práticas de natureza política e econômica, Feder entra também no domínio da política. E, finalmente, ao tocar em problemas de natureza puramente teórica, toca também na área dos princípios e da visão do mundo, a área da teoria econômica nacional-socialista. No entanto, o ensaio anterior pretende, fundamentalmente, limitar-se a um domínio mais vasto.

No entanto, é preciso ter sempre em mente que os princípios básicos da teoria econômica nacional-socialista programática e da economia nacional-socialista prática (história), bem como os da política nacional-socialista, devem e, em última análise, estarão sempre em uma relação harmoniosa entre si, porque todos esses princípios, bem como todo o programa NSDAP., a filosofia idealista alemã, a arte alemã, etc., são, em última análise, nada mais do que o resultado do mesmo espírito e sangue em várias áreas do pensamento humano, são, em última análise, nada mais do que o resultado do mesmo espírito e sangue em várias áreas do pensamento humano, esse espírito e sangue que é ao mesmo tempo combativo e capaz de desenvolvimento, que a Divina Providência deu ao nosso povo alemão e que, portanto, de acordo com a nossa crença, lhe deu a primazia entre todos os povos e nações da terra.

***

I. Há milhares de anos que a humanidade se debate com o problema dos juros. Inicialmente, na antiguidade, o problema foi tratado à superfície, tentando regular o nível dos juros através de leis, sem a ajuda de investigação científica prévia; medidas que, evidentemente, não ajudaram muito, como todas as regulamentações estatais obrigatórias dos preços. Na Idade Média, por outro lado, o mesmo problema foi analisado do ponto de vista moral e religioso, o que levou à conclusão de que os juros eram usura e devem, portanto, ser proibidos. Só nos tempos modernos é que a investigação económico-teórica sobre a natureza interna do fenômeno dos juros se tornou mais aprofundada. É claro que a existência do fenômeno dos juros

não é duvidosa, mas a questão é: como surgiu o fenômeno dos juros? Quais são as causas originais da vida econômica?

Assim, ao longo dos séculos, e sobretudo nas últimas décadas, não houve apenas duas ou três, ou talvez apenas uma ou duas dúzias de tentativas para explicar as taxas de juro, as chamadas teorias das taxas de juro, mas toda uma série de teorias deste género. É claro que o fenômeno dos juros foi rapidamente associado ao fenômeno do capital, pois parecia óbvio que o próprio capital gera constantemente novos juros, por assim dizer. Mas isto levantou imediatamente novas dificuldades: era o capital real ou o capital financeiro que gerava juros? De fato, como definir teoricamente o capital e analisar melhor as suas funções? A partir do início deste século, parece ter havido uma clarificação destes problemas: do fio condutor de todas essas infinitas teorias do juro e do capital, uma única foi-se destacando cada vez mais e tornou-se a visão científica dominante: a teoria de Cassel-Weber do juro sobre o capital.

II. Esta última teoria, que naturalmente nos interessa ao mais alto grau, apresenta todas as características do pensamento marxista-liberalista em tão alto grau, tanto na sua estrutura lógico-científica como na sua mentalidade, que se pode dizer que é um documento histórico altamente significativo em si mesmo do zeitgeist internacionalista que domina muitos dos nossos estudiosos. Comecemos por recordar brevemente a linha de pensamento da teoria dos juros sobre o capital de

Cassel-Weber, separada da forma científica de apresentação e, por assim dizer, traduzida em linguagem popular[61].

Quando uma pessoa realiza um trabalho no sentido econômico, seja como operário industrial, trabalhador agrícola, industrial, agricultor, etc, há sempre, naturalmente, um certo tempo envolvido na realização do trabalho. Se não se tem tempo para um determinado trabalho (e não se pode ou não se quer ter tempo), não se pode fazer esse trabalho. E quem precisa da ajuda de capital real, por exemplo uma máquina, para o seu trabalho também tem de ter o tempo necessário disponível. Se um maquinista quiser conduzir um comboio de Berlim para Munique com a ajuda de uma locomotiva, então estes dois, homem e máquina, precisam de um certo tempo (o tempo de viagem), porque o homem e a máquina não podem realizar esta produção total de trabalho de forma explosiva na *Anhalter Bahnhof* de Berlim. Em sentido figurado, pode-se dizer que este dispêndio de tempo acompanha a produção de trabalho como uma sombra. Se alguém dispõe de um certo capital financeiro e o utiliza para fundar e gerir uma fábrica, terá de passar um certo tempo a realizar esse trabalho empresarial; neste contexto, mesmo no caso mais favorável, passará sempre um certo tempo até que a empresa recém-fundada devolva ao fundador o capital investido nessa empresa recém-fundada e, em última análise, também um certo lucro, e passará sempre um certo tempo até que, mais tarde, se obtenham novos lucros com uma nova

[61] [N.A]: Cf. sobre este assunto: Gustav Cassel, Theoretische Sozialökonomie. Leipzig e Erlangen. 3.ª ed. p. 165 e seguintes. Também: Adolf Weber, Allgemeine Volkswirtschaftslehre, Munique Leipzig. 2.ª ed. p. 260 e seguintes.

prestação de trabalho. Então, pensa-se sempre em encurtar este período tanto quanto possível, mas é geralmente considerado como um dado adquirido que este período tem de passar.

Continuemos com o exemplo do empresário: também aqui, como sabemos, um dispêndio de tempo acompanha todo o desempenho empresarial como uma sombra que não pode ser separada dele. Por outras palavras: este dispêndio de tempo, que acompanha a execução do trabalho como uma sombra, significa esperar para o empresário criativo do nosso exemplo: ele próprio tem de esperar que o seu trabalho seja feito por ele e por todo o organismo fabril, homens e máquinas, que gere. Assim, a execução do trabalho, por um lado, e a passagem do tempo, ou seja, esta espera, por outro, estão indissociavelmente ligadas (como a sombra) (como a conversa), como já foi referido. De fato, poder-se-ia pensar que a correção destas afirmações é tão óbvia que parece ridículo escrevê-las ou mesmo imprimi-las.

No entanto, na opinião dos nossos liberais actuais e dos seus mais destacados teóricos da economia, as explicações que acabam de ser dadas são absolutamente erradas: a prestação de trabalho, por um lado, e a passagem do tempo ou a espera, por outro, não estão, na sua opinião, inseparavelmente ligadas de forma sombria, mas podem não só ser desligadas uma da outra, como estão mesmo, em rigor, sempre desligadas uma da outra. Estes teóricos do liberalismo ensinam, por exemplo, que duas pessoas singulares diferentes podem prestar esses

serviços, e que é muitas vezes isso que acontece na prática, ou seja, uma pessoa faz a espera (papel que cabe ao capitalista financeiro, que pode emprestar ao empresário o dinheiro necessário e esperar pelo seu reembolso, recebendo por isso juros), e uma segunda pessoa faz a atividade empresarial. Se, no entanto, num determinado caso, o próprio empresário dispuser (total ou parcialmente) dos fundos necessários para criar ou gerir a empresa, tem direito a uma segunda pessoa. Se o empresário dispõe do capital financeiro necessário para exercer a sua atividade, então tem de ser feita uma separação teórica desta pessoa física unitária, ou seja, o empresário é metade capitalista financeiro (e, como tal, assume o interesse de esperar que o capital seja reembolsado) e metade empresário. Desta forma, a teoria liberal separa sempre cientificamente a espera capitalista financeira, por um lado, e a atividade empresarial, por outro, e nos círculos liberais esta realização da separação é considerada uma das maiores realizações da investigação teórica moderna. A doutrina da separação acima referida é coroada por duas outras doutrinas:

1. Esta espera do capitalista financeiro que concede o empréstimo é, como se "sabe", sem a qual não haveria trabalho empresarial, pois todo o trabalho exige, como explicamos acima, uma certa quantidade de tempo para ser valorizado como fator elementar de produção, que, como tal, não pode ser substituído por qualquer outra prestação; A atividade empresarial, pelo contrário, como já demonstrámos mais detalhadamente na seção anterior, não é valorizada como fator elementar de produção nesta teoria científica

liberalista-marxista, apesar de todos os elogios feitos ao empresário; o lucro do empresário não passa, no fundo, de uma espécie de renda, ou seja, de uma atividade econômica adquirida sem esforço. Com efeito, a atividade empresarial baseia-se unicamente na exploração hábil das oportunidades econômicas e, por conseguinte, não passa de um *rent-seeking*.

2. Os juros pagos ao capitalista financeiro não derivam de forma alguma economicamente do lucro do empresário (ou seja, não são pagos a partir deste último), mas baseiam-se unicamente nos "bens e serviços" do capitalista financeiro; quem utiliza este último serviço como mutuário utiliza assim um fator de produção elementar e tem de pagar o seu preço sob a forma de juros, independentemente de beneficiar ou não do lucro do empresário[62].

3. Esta é a ideia de base da doutrina dominante dos juros sobre o capital, apresentada de forma popular, combinada com a moderna doutrina marxista-liberalista do lucro empresarial. No que precede, tomámos a liberdade de apresentar os resultados da mais diligente investigação marxista-liberalista de forma bastante sóbria e, em particular, completamente

[62] [N.A]: De todos os teóricos liberais marxistas, apenas um estudioso notável, Joseph Schumpeter, se opôs a esta teoria de Cassel Weber e defendeu o ponto de vista de que os juros (comerciais) sobre os empréstimos não eram mais do que uma espécie de tributação do lucro das empresas; ver *Joseph Schumpeter, Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung, Munique e Leipzig, 2ª edição,* p. 240 e seguintes. Esta doutrina schumpeteriana do juro foi, evidentemente, ninguém se surpreenderá ao saber, rejeitada com rara unanimidade pelos círculos de especialistas liberais acima referidos, e Adolf Weber, em particular, apressou-se a reduzir esta doutrina schumpeteriana, como ele próprio o disse, "ad absurdum", depois de ter afirmado anteriormente que esta doutrina já tinha sido rejeitada por quase todos os teóricos nacionais e estrangeiros: o juro, argumenta Weber, é um dos fenômenos de preço mais constantes na economia nacional, enquanto o lucro empresarial, pela sua natureza, estaria sempre sujeito a ondas econômicas em rápida mutação, pelo que o primeiro fenômeno não poderia derivar do segundo nem estar relacionado com ele. estar relacionado com o segundo.

despida da certamente magistral arte de apresentação das autoridades científicas liberais que os representam.

Se, no entanto, tirarmos as conclusões prático-políticas dos resultados científico-liberais acima referidos, torna-se claro, sem qualquer dificuldade particular, que estes últimos servem, de fato, apenas para servir de pedra angular para a moderna visão econômica internacionalista e marxista-liberalista: toda a doutrina teórico-liberalista, que não se baseia na economia nacional, mas na chamada *Weltvolkswirtschaft*[63], esse objeto de conhecimento que, na nossa opinião, é cientificamente completamente impossível, está de pé e cai com os resultados acima referidos. Na nossa opinião, este objeto de conhecimento é completamente impossível do ponto de vista científico, como já explicamos na segunda parte deste documento. Certamente, ninguém esperará um ataque à posição de poder global da finança mundial liderada pelo judaísmo por parte de uma ciência que se orientou internacionalmente desde o início devido a uma estranha escolha do objeto de conhecimento. Mas o que aqui se propõe ultrapassa um certo limite estabelecido pelo bem-estar nacional a um nível mais do que alarmante. Quer os estudiosos individuais que conceberam as teorias acima referidas ou que as defendem como epígonos sejam subjetivamente de boa vontade para com a pátria, quer sejam subjetivamente reconhecidos e examinados quanto ao seu verdadeiro sucesso final, na nossa opinião, intencionalmente ou não, estas teorias liberalistas significam um culto da alta

[63] [N.T]: Economia Mundial.

finança e um desprezo pelas forças economicamente criativas mais importantes dos povos ligados ao Estado-nação e, portanto, também dos próprios povos. Ao desempenho do judeu é, de fato, atribuída a importância de um fator de produção elementar, enquanto o outro alvo, maioritariamente étnico, é um caçador de pensões! Nenhuma nação do mundo pode viver com uma tal visão econômica sem pôr em causa a sua autossuficiência econômica e preparar assim o seu próprio fim. Se estas teorias fossem um esclarecimento correto da situação, então não poderia haver melhor justificação científica (e mesmo moral) para a escravidão dos juros do povo alemão do que precisamente estas doutrinas!

É inaceitável que tais resultados científicos sejam oferecidos sem contestação a longo prazo, especialmente à nossa juventude académica.

Não soa a escárnio quando se ensina que a passagem do tempo, ou seja, a espera, deve ser separada da criação, e que o capitalista financeiro assume a espera em troca de juros, enquanto a outra parte assume o trabalho! Sim, claro, o mundo judeu húmido sempre esperou em infinita esterilidade (para fazer ou ser capaz de fazer trabalho criativo, ou seja, construtivo em si) até que outros tenham laboriosamente criado algo para si próprios através do trabalho, porque antes que este trabalho fosse feito ainda não poderia acumular nada! Até que ponto, nessa teoria de espera (que, de acordo com uma avaliação objetiva, serve a defesa do mundo judaico e dos seus interesses), uma crítica tão adequada ao caráter

judaico-marxista foi feita inconscientemente e contra a vontade por esses estudiosos! E não significa uma desconsideração pelas forças criativas dos povos e raças nacionais quando os líderes económicos criativos e construtivos são rotulados como caçadores de rendas! É certo que estudiosos individuais, como os acima referidos, podem chegar a conhecimentos notáveis com base na mais profunda investigação econômica, desligados de todos os interesses nacionais e internacionais, flutuando como que no mais puro éter, mas não cabe de modo algum ao povo alemão disponibilizar os seus liceus para a divulgação de tais ensinamentos. Sem prejuízo de toda a liberdade de investigação científica, cada povo tem o direito inalienável de examinar todos os ensinamentos, antes de os apresentar à sua juventude pelos liceus como os últimos conhecimentos científicos, para ver se correspondem à sua possibilidade de vida e, sobretudo, à sua dignidade e honra nacionais.

Note-se, em particular, que as considerações muito detalhadas de Cassel e Weber sobre a teoria do juro nem sequer distinguem se o empréstimo é feito com o objetivo de promover a produtividade econômica nacional ou apenas a produtividade econômica privada. Pelo contrário, os autores citados preferiram contentar-se com a velha distinção entre crédito ao consumo e crédito à produção[64] (crédito produtivo) e depois, como de costume, colocaram este último tipo de

[64] [N.A]: Os empréstimos ao consumo são empréstimos que, como o nome indica, são concedidos para fins de consumo (por exemplo, uma pessoa pede dinheiro emprestado para fazer uma viagem de lazer). Este tipo de empréstimo passa naturalmente para segundo plano na economia moderna; os empréstimos concedidos para fins comerciais de qualquer tipo estão em primeiro plano, e é apenas em torno deles que se centra a disputa académica. Na teoria liberal, estes empréstimos concedidos para fins comerciais são designados por empréstimos produtivos.

crédito no centro das suas considerações. Note-se que nem todos os empréstimos concedidos para fins comerciais têm qualquer utilidade econômica. Se, por exemplo, um judeu americano der dinheiro a um colega judeu que vive na Alemanha para gerir uma loja de departamentos, então esse negócio pode fazer com que ambos os judeus ganhem muito dinheiro no setor privado. Trata-se, portanto, de um empréstimo produtivo na acepção da teoria liberal. No sentido macroeconômico, a transação foi extremamente prejudicial para a economia nacional: os grandes armazéns contribuíram para a ruína da classe média e, além disso, o lucro obtido fluiu (pelo menos) parcialmente para o estrangeiro sob a forma de pagamentos de juros, pelo que nem sequer permaneceu na Alemanha. O empréstimo das grandes empresas em questão era, portanto, um empréstimo produtivo apenas no sentido do setor privado, mas não no sentido macroeconómico. Outro exemplo: o Reich alemão concede um empréstimo à *Reichseisenbahngesellschaft*, que pretende utilizá-lo para construir novos caminhos-de-ferro numa zona ainda não suficientemente coberta pela rede ferroviária. Talvez seja claro, à partida, que as novas linhas de caminho de ferro não darão imediatamente lucro, talvez mesmo após alguns anos apenas rendam juros sobre o capital investido. Trata-se de uma operação de empréstimo economicamente produtiva que, à medida que a rentabilidade das novas linhas ferroviárias aumenta, pode também assumir o caráter de uma operação de empréstimo privadamente produtiva, ou seja, rentável para a empresa ferroviária. Se, no entanto, uma teoria dos juros, como a teoria da espera de Cassel-Weber, dispensa essa

diferenciação entre produtividade econômica privada e nacional e, sem qualquer consideração pelo momento econômico nacional, assume sem mais delongas um ato produtivo elementar por parte do mutuante em relação a cada empréstimo concedido para fins comerciais, (apenas porque, de acordo com a doutrina da espera, o credor assume uma espera pelo reembolso do capital, que deve ser compensado sob a forma de juros), o caráter internacional e verdadeiramente anti-nacional-económico de tal doutrina torna-se claramente evidente.

Os internacionalistas científicos querem fazer-nos crer que o capital internacional, mesmo que bombeie a nossa economia nacional, como mostra o exemplo dos grandes armazéns, atua, no entanto, como um fator de produção elementar, ou seja, absolutamente indispensável, em cada empréstimo concedido para fins comerciais!

Se, à maneira da moderna teoria marxista-liberalista ensinada, se parte naturalmente do princípio de que a economia mundial é o objeto (primário) do conhecimento, se negam desde o início todas as fronteiras nacionais na sua essência e se ignora deliberadamente a importância das questões húmidas, então chega-se naturalmente a resultados de investigação científica pouco claros quando se explicam fenômenos científicos individuais, como o significado das taxas de juro ou do lucro das empresas. Se, por exemplo, as taxas de juro ou o lucro das empresas significam alguma coisa, então, naturalmente, encontraremos sempre, quer queiramos ou não no círculo de

ideias do mundo marxista-internacionalista, e então, objetivamente falando, tornaremos necessariamente defensores desses interesses internacionais.

É verdade que, sem ser arrogante, é difícil não nos tornarmos satíricos perante os vários resultados da investigação científica liberal.

Seção Sete:

Observações finais

As páginas anteriores mostram claramente a oposição entre os pontos de vista supremos a partir dos quais a totalidade dos fenômenos econômicos é vista ou julgada: para o liberalismo-marxista moderno, a economia mundial é, em última análise, o principal objeto de conhecimento, enquanto a teoria nacional-socialista toma a economia nacional-popular[65] como ponto de partida e a economia mundial aparece-lhe como uma entidade altamente importante mas secundária.

Se o objeto de conhecimento já é completamente diferente, as duas doutrinas diferem ainda mais, como indicamos acima, no que diz respeito ao modo de conhecimento. O liberalismo atual é, filosoficamente falando, uma teoria estranha, abstrata e rígida do ser, pois é certo, de uma vez por todas, que uma visão econômica deve partir do pressuposto de que a terra é habitada por indivíduos que são, a princípio, independentes uns dos outros, mas que são todos animados pelo instinto aquisitivo, e apenas por este instinto; só depois é que o instinto externo une todos estes indivíduos (por exemplo, pela divisão do trabalho ou pela troca de bens, etc). Partindo de uma tal ficção, há que chegar logicamente ao slogan do *laissez faire et laissez passer*. O grande erro reside no fato de se ignorar continuamente que esta palavra de ordem se baseia nesta ficção e não nos fatos reais da vida concreta; e assim

[65] [N.T]: Em outras palavras, toma o povo (***o Volk***) como início de partido e como finalidade da economia e produtivamente nacional.

esta palavra de ordem é dada aos povos da terra como uma doutrina a seguir na prática Mas os povos que prestam homenagem a este princípio econômico básico que lhes é dado destroem a sua prosperidade nacional e a sua economia nacional torna-se uma província dependente da economia mundial. Em contraste com esta teoria abstrata liberal do ser, a teoria econômica nacional-socialista é uma visão econômica económico-sociológica-energética-dinâmica (filosoficamente baseada numa filosofia energético-idealista), ou seja constroi a sua visão sobre a observação da dinâmica das energias que animam os povos e os indivíduos, especialmente em termos econômicos, distinguindo entre as energias cuja dinâmica está fora do controlo humano e aquelas que têm a sua fonte no livre arbítrio dos seres humanos. E é precisamente no que diz respeito a estas últimas que a teoria econômica tem também a tarefa particular de estabelecer princípios básicos ligados a um sistema científico que se destinam a fortalecer as economias nacionais e especialmente a nossa economia alemã num sentido autossuficiente. De todas as energias economicamente significativas, porém, a energia nacional enquanto tal parece ser a força econômica mais importante no quadro de uma teoria nacional-socialista.

Mas há um outro aspecto que distingue o nosso método de investigação de todos os anteriores: introduzimos um novo critério nas nossas observações críticas científicas, um critério que até agora estava estritamente reservado no âmbito do tipo de especulação, nomeadamente a apreciação crítica dos resultados da investigação do atual liberalismo-marxista

científico de um ponto de vista puramente político. A coincidência muito frequente destes resultados de investigação com os interesses do capital financeiro internacional exige praticamente uma tal apreciação crítica. Afinal de contas, como se pode ver no slogan do *laissez faire et laissez passer,* estes resultados da investigação são muitas vezes contrários aos interesses dos povos ligados ao Estado nacional e, em especial, do nosso povo alemão.